O JAPÃO

ALUÍSIO AZEVEDO

O JAPÃO

Graças à recente vulgarização das crônicas japonesas, dantes inacessíveis a todo e qualquer estranho, poucos segredos haverá de virgindade inteira sobre o Japão remoto, e nenhum absolutamente a respeito dos fatos políticos que no moderno determinaram a restauração micadoal, podendo-se num punhado de capítulos despretenciosos dar exata notícia do que foi aquele passado, outrora tão misterioso e sem fundo, e do que vem a ser ao justo essa famosa revolução que num momento de frenesi histórico derrocou, em nossos dias, um mundo insondável de tradições acumuladas durante vinte e dois séculos de sigilo nacional. Isto, conquanto um pouco fora do meu programa, faz-se indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais; sem contar que o caso é de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas, e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional, com os seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calças puídas, e até, acreditai se quiserdes! com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público.

Aluizio Azevedo

1º Capítulo

JIMMU TENNÓ

JINGÓ KOGÓ - YORITOMO

Um dia, o tonante Izanangui, que habitava com a formosa e divina Izananmi o empíreo celeste, indiferentes ao mundo ainda descampado, teve a fantasia de sondar com a ponta ciclópica da sua lança de deus as profundezas do oceano e, ao recolhê-la d'agua, as gotas que escorreram e pingaram no mar viraram-se numa ilha esmeraldina, Awaji, da qual os dois altos amantes, cansados do céu impassível, fizeram o éden dos seus amores terrestres e sensuais. Izananmi, meiga e fecunda, deu deles então a luz da vida as oito mais bonitas ilhas de Dai-Nipão e logo, para as não deixar tristes e desertas, produziu do seu ventre trinta e cinco kamis ou deuses já humanizados pelo amor sexual feito por ela na terra. Dentre esta nova sucessão de Izananmi surtiu Amateras, deusa do sol, a dona do divino espelho de Shinto, em cuja luz a sua futura descendência mortal e sensitiva poderia, e nos escassos tempos e dias aziagos do porvir, contemplar-lhe o rosto amigo e ler-lhe nas benignas feições os desígnios providenciais. Amateras, cônscia do que lhe reservava o destino, queria também ser fecundada, mas, orgulhosa dos seus incompensáveis encantos, não achava entre deuses e kamis varão assaz luzido e belo para o amor do seu corpo, e então, num singular enlace, concebeu um filho com os ardentes carbúnculos do seu próprio diadema de princesa celestial. O filho, da têmpera rija e cristalina das gemas que o geraram, foi posto na ilha de Kiuciu, que ele povoou de heróis, vindo dois de seus descendentes, guiados pelo divino falcão de oito cabeças, a atravessar o Mar Interior e a cair sobre o Japão central, de pronto por ambos conquistado contra o poder dos maus deuses e homens rebeldes que o ocupavam.

Um desses dois conquistadores, Iware Hito, foi o primeiro soberano do Japão e morreu, com mais de um século de

idade, *585* anos antes de Jesus Cristo. Seu nome póstumo é Jimmu Tennô, como está na História e com o qual abre o almanaque de Gotha a lista cronológica e genealógica dos Micados e Shoguns de Dai-Nipão; ocupa hoje o trono o seu descendente em linha reta Mutsu Hito, que e o 122º da divina série micadoal.

Assim, o atual Imperador, apesar da sua constituição parlamentar, apesar do seu prosaico uniforme de General de Divisão, é nada menos do que descendente direto da formosa Deusa do Sol e tem com certeza na augusta fíbrina centelhas das luzes cambiantes do ilustre diadema seu antepassado; sacrossanta procedência donde lhe deriva indiscutível supremacia sobre todos os seus compatriotas terrestres e logo o direito absoluto de ser, nem só obedecido e cegamente respeitado por eles como soberano, mas adorado como divindade que é e como foram todos os seus consubstanciais antepassados.

O espelho por Amateras transmitido carinhosamente a seus filhos, representa o símbolo da religião shintoísta, à qual não pode o Micado renegar sem com ela renegar também a qualidade divina da sua própria essência. O Shintoísmo é pois no Japão ainda hoje a religião do Estado; mas a religião popular e verdadeiramente querida, talvez por mais folgada e vistosa, é o Budismo, introduzida no país pelos coreanos no século sexto da era cristã.

Esta tão negativa preferência do Japonês pela religião alheia levou hábeis casuístas, zelosos da divina procedência do trono, a tecerem em épocas hoje longínquas sutis relações entre os dois cultos, aliás bem divergentes na forma externa como no íntimo espírito; laços de origem e de doutrina estabeleceram-se engenhosamente entre o letárgico Buda e a palpitante deusa do sol, permitindo assim aos fiéis de ambas as seitas queimarem o seu incenso e os seus papéis dourados facultativamente aos pés do altar de uma como da outra divindade. E destarte conseguiu o trono, sem abrir luta com a nação, ou antes sem insistir na luta começada, guardar íntegro o seu caráter divino e permitir que o povo conservasse o seu culto pueril pelo espetaculoso Budismo, alegremente exercido em paz ao lado da pobre e

desguarnecida religião do Estado. Buda no Japão ganhou um nome japonês: chama-se "Ammiddah".

De Jimmu Tennô até duzentos anos depois de Jesus Cristo (860 da era japonesa) o Japão pouco mais seria do que uma extensa região completamente bárbara e desconhecida, em luta constante entre as suas tribos de caráter nômade e guerreiro, cujos vestígios ainda hoje se encontram puros ao extremo norte da ilha de Yezo onde se refugiaram e habitam os cabeludos Amos e os quase extintos selvagens Koropukgurus; mas por aquela época, a célebre imperatriz Jingô Kogô, divinizada hoje com o nome de Hachiman Daibosatsu no seu templo de Otokoiama, resolveu, sob inspiração do céu, organizar e ela própria conduzir, acompanhada do seu fiel valido Take-no-utschi, uma grande expedição contra a Coréia, então tributária da China que florescia à sombra da dinastia dos Thsin.

A expedição obteve o melhor resultado possível: ao fim de três anos volvia à pátria a gloriosa imperatriz, senhora da vassalagem de três reis vencidos com a submissão da Coréia. Logo porém ao partir para a guerra, Jingô Kogô notara-se pejada e, como esta imprevista circunstância lhe podia estorvar os planos militares, ela, invocando a proteção dos deuses, amarrou uma pedra no ventre. Produziu ótimo efeito o talismã: o céu atende às suplicas da guerreira e a gestação esperou miraculosamente os três largos anos da campanha. Ao fim desse tempo a imperatriz, de volta aos seus penates, recolhe-se apressada ao castelo sem atender a aclamação nem parabéns, corre ao quarto, desaperta-se, lançando fora couraça e capacete, e deixa-se cair por terra nos braços do marido a quem, entre gemidos de mulher, explica o caso maravilhoso. O feliz cônjuge prosterna-se, agradecendo aos céus a graça e o benefício, e ela entrementes dá à luz o príncipe Ojin, mais tarde divinizado com o título de Deus da Guerra, a cuja alta influência foi logo, nem era de esperar coisa melhor, atribuída toda a honra da vitória.

Com esta vitória sobre a Coréia, entra no Japão a civilização chinesa, que no continente vizinho tinha já nessa época chegado ao seu máximo desenvolvimento, assim nas artes, como na literatura e na moral filosófica de Kang, conhecido no Ocidente pelo ilustre nome de

Confúcius. E a imigração, que logo se fez caudalosa, vem espontaneamente favorecer a ação da corrente civilizadora; chamados pelos japoneses ou puxados uns pelos outros, começam os chins a instalar-se no arquipélago fronteiro; "de uma só vez, diz a crônica por intermédio de *Georges Bousquet,* dezessete distritos do sul do Celeste Império arribam em massa para os verdejantes portos de Kiuciu"; o erudito Wang Ien, maior poço de ciência que possuía a Coréia, é atraído às cortes do micado Ojin para iluminá-lo de perto, e com ele atravessa o Mar do Japão um fator decisivo —o alfabeto chinês. O Japão começa a ler e a escrever e não se forra a sacrifícios para aumentar o seu cabedal de luzes; acumula de garantias e favores os artistas, artesãos e operários de valia, que logo acodem avidamente da outra banda asiática de ferramenta em punho; chama a si cabalísticos astrólogos, facultativos e alquimistas, carregados de misteriosas retortas e alfarrábios. E com esta gente da sabedoria do tempo vem o segredo da porcelana; vem a bússola; vem a indústria da seda; vem a arte de construir casas de mais de um andar; vem, com as primeiras noções de astronomia, a organização cronográfica e o calendário; vem a fabricação do papel e da tinta de Nankin; vem o moinho de pilar o arroz, e as rodas hidráulicas substituem a mó girada a braço vivo; vem o relógio com o seu maquinismo movido pela água; vem a metalurgia, e descobrem-se minas preciosas e cunha-se a primeira moeda de metal na terra dos micados; e finalmente vem a imprensa, e estampa-se as literárias primícias japonesas, entre as quais o mítico "Kodziki", a mais remota história escrita do Japão. Foi ditada esta história por uma mulherzinha de fenomenal retentiva, a quem o Imperador Jimmu no século sexto ordenara de guardar na memória todos os passos e episódios da vida pública japonesa, transmitidos até aí de geração em geração pela voz dos trovadores e menestréis ambulantes.

E o Japão acerta afinal o passo do seu progresso com o da China e entra, por diante, a caminhar tão seguro e firme, que em breve já não se contenta só com imitar os translados da mestra e vai por conta própria modificando alguns deles para melhor e mais bonito; e já em 643 manda à metrópole da sua civilização o primeiro embaixador que veio ao mundo, o Adão dos diplomatas —

Onono-Imokô, encarregado de regular a favor da sua pátria os tributos de guerra, que a Coréia começava a saldar, e de estabelecer a permanência de uma comissão japonesa na China para estudar ciências ocultas e reveladas.

Todas essas maravilhas, perfeitas pelos nipons entre o ano 284 e o 703 da nossa era, só muitos séculos depois foram sabidas e exercidas pela então agreste Europa, onde todavia por tal modo se desenvolveram e apuraram que é agora a cultura ocidental, hoje rematada e extrema, que, refluindo, vem civilizar de novo a velha terra do Oriente, de cujo seio abundante Árias nasceu para gerar novas e mais formosas raças.

Rezam entretanto as crônicas indígenas que não foi por mero espírito de generosidade que o governo chinês cedeu ao vizinho oriental a sua civilizadora emigração; sobre a primeira leva de emigrados corre uma lenda que não resisto ao desejo de contar:

A certo imperador da China, notável só pela assombrosa estupidez e tartárica dureza de entranhas que o distinguiam, meteu-se em cabeça escapar à lei fatal da morte e pôs logo em ação toda a sua autoridade para que lhe descobrissem o segredo de perpetuar a vida. Imaginai daí o sangue que não correu por causa disto! Mas Jokufu, médico e astrólogo da corte, propôs-se afinal realizar o desejo do tirano, contanto que lhe facultasse este os meios de obter um misterioso filtro para isso indispensável, e o qual consistia no extrato de certa flor só existente nas ilhas vulcânicas de Nipão, flor de tal melindre que, para nada perder da sua amaviosa virtude, tinha que ser colhida por mãos juvenis de imaculada pureza. O imperador estava por tudo, autorizou o médico a organizar o pessoal de que houvesse mister e abriu a régia bolsa para todos os custos; pôs-se então o astrólogo em diligência e escolheu) um por um, cuidadosamente, entre a parte melhor do povo, trezentos rapazes e trezentas e uma raparigas que, de corpo e alma, lhe pareceram os mais perfeitos do país, e com esta alegre companhia fez-se de velas para as plagas do Sol Nascente. O monarca, se conseguisse afinal realizar por outro meio o seu sonho de vida perpétua, ainda agora estaria à espera do facultativo, cujo fim era só escapar à

crueldade do déspota a quem servia, e tentar vida nova em país novo no meio de uma alegre colméia de patrícios por ele escolhidos a dedo.

Fosse este ou não o ponto inicial da emigração chinesa, o fato é que só com esta começa verdadeiramente a história do Japão, como é também daí que começa e se vai estendendo pelos séculos novos a lenta e surda elaboração homogênica da raça, até conseguir fixar o seu tipo, depois da eterna luta etnológica, em que os elementos contrários se repelem entre si e os de afinidade eletiva se combinam e se fundem para sempre. E assim, pouco a pouco, de século a século, se vão destacando e acentuando as castas em volta de um centro comum, espiritual e supremo, que é o micado; começam então as agrupações sociais, a formação das classes: de um lado condensa-se o lavrador, que nunca mais deixará os campos produtores e será o passivo e silencioso lastro da nação inteira; de outro lado constitui-se o militar, a quem o agricultor sustenta, confiando-lhe a guarda das suas terras lavradas, e o qual há de ser no futuro o "Samurai", suscetível de enobrecimento pelas armas, e em que o feudalismo vindouro encontrará cavaleiresco esteio para a sua violenta expansão; de outro lado concentra-se a aristocracia de sangue, criada e mantida tranqüilamente pelos fidalgos da família micadoal, parentes do imperador ou da imperatriz, e de cujo núcleo privilegiado se formará a classe principesca dos "Kugês", que serão conselheiros áulicos e pares do trono, gozando da prerrogativa exclusivíssima de fornecer da sua descendência as mulheres do soberano, legítimas como ilegítimas, com direito qualquer delas a dar herdeiros à coroa. E desta nobreza consangüínea dos kugês, combinada com a outra militar dos samurais, resultará o "Daimo", que já é o puro chefe feudal, com senhorio e rendas territoriais e faculdade autoritária para lançar impostos, estabelecer tenças, fortificar castelos, construir navios e ferir batalhas. E uma vez retalhado o país em principados autônomos, começarão estes em viva guerra a disputar entre si a supremacia, até que uma família triunfe, aniquilando as outras, e crie o poder suserano do "Shogun", isto é, o chefe dos chefes feudais, o generalíssimo dos príncipes militares, só dos militares, porque quanto aos do conselho áulico, esses continuarão exclusivamente sob a alçada espiritual do micado.

A original instituição do Shogunato, que redundou em cisão do governo soberano é, a contar depois da conquista da Coréia, o marco mais saliente da antiga história política japonesa. Até essa época, 1185, os micados governaram unitariamente; oitenta e um se sucedem no trono, por hereditariedade, sem interrupção, desde Jimmu Tennô até Antoku; dai para cá a série continua firme e seguida, mas já ladeada pelo shogunato que se apossou do poder militar e civil, deixando ao imperador apenas o espiritual e convertendo-o num simulacro de Papa privativo do Estado, embastilhado por uma etiqueta ainda mais inexpugnável que as muralhas do seu *gocho* imperial; verdadeiro ídolo, que o povo devia adorar, mas sem ver, sob pena de morte ou do esvazamento dos olhos, e para quem as estradas públicas eram rigorosamente veladas, "Porque —diz o primeiro shogun na sua proclamação —a terra vulgar e rasa é indigna de pôr-se em contato com os divinos pés do filho dos deuses".

O primeiro shogun foi o grande Yoritomo, príncipe inteligente e bravo, celebrizado em prosa e verso na literatura japonesa. Era ele então o último vestígio da família Minamoto, cruamente exterminada pelos Taíras. De todos os feudos, inimigos irreconciliáveis, que procuravam firmar, cada um de per si, a sua hegemonia pelo aniquilamento dos rivais, só essas duas casas haviam resistido, e o duelo final e decisivo que se travou entre elas deixou os Taíras inteiramente senhores do campo. Yoritomo escapou miraculosamente à carnificina; teria dez ou doze anos quando o resto de sua família, sobejado à sanha das pelejas, fora passada pelas armas inimigas; fizeram-no prisioneiro e iam matá-lo, apesar da tenra idade, quando uma mulher compassiva intercedeu por ele, obtendo dos Taíras deixarem-no viver.

O último descendente dos Minamotos cresceu pois entre os destruidores da sua estirpe, afagado pelas mesmas mãos que o fizeram órfão; mas posto homem casou-se calculadamente com a filha de Hojô, de cuja influência militar contava ele tirar partido. Recolhe-se com a mulher às províncias mais remotas do Japão, organiza em sigilo como o herói do Rubicon uma coorte de bravos e, depois de algumas vitórias fáceis, alcançadas só com o fim de engrossar as suas hostes, arroja-se sobre os Taíras, bate-

os em terra, cerca-os por todos os lados, sem dar quartel a nenhum, e acaba por exterminar o que deles resta em um decisivo combate naval nas águas de Daneira. Feito isto e repelida uma invasão de mongóis que abalançava a independência do país, Yoritomo, declarando-se Primeiro Vassalo do Imperador, a quem rende pública homenagem e em cujo poder espiritual, só espiritual, jura defender de qualquer pretensão externa ou interna, assume o posto de comandante em chefe das armas com o título de Bakufu ou Shogun. Estabelece a sua corte em Kamakura, guarnece-a de artistas, poetas e aprazíveis sábios, fundando nesse distrito uma segunda capital do Estado, sede do poder civil e ao mesmo tempo o centro de operações das forças militares do norte, em flagrante oposição à de Kioto, ao sul, onde, na imperial custódia do espiritualismo sacro, ostraceava o pobre Micado com o seu conselho de mãos finas e perfumadas, muito feitas à difícil execução da música religiosa, mas de todo alheias ao manejo das armas de combate.

E eis aí como se deu a estranha cisão no poder soberano do monarca, criando-se quase ao nível do trono a suserania shogunal, que aliás só atingiu ao auge da sua autoridade anômala quatro séculos depois quando Ieiás fundou de vez a sua dinastia e tornou a função hereditária, fazendo desde essa época a Europa acreditar até há bem pouco tempo que o Japão mantinha dois imperadores, como se vê pelos seus ajustes internacionais com ele firmados dentro já do nosso século. Naquela época é já com efeito o shogun quem governa, mas ainda é o imperador quem reina, pois que teoricamente nada pode decidir o chefe militar sem a sanção do micado.

Yoritomo fez da sua capital uma cidade relativamente importante e poderosa, cidade todavia de madeira e bambu que, depois dele e da sua curta descendência direta, desapareceu substituída por infinitos arrozais e canteiros de hortaliça; a estrada de ferro passa hoje por ela ligando-a a Yokohama e Tókio; do seu passado fausto só perduram alguns ídolos e reconstruídos templos. É aí, nesse ameno canto mal povoado, que está o famoso Buda de bronze "Daibutsu" de que em lugar competente darei a descrição. O fundador do Shogunato morreu em 1199, com

cinqüenta e três anos de idade, depois de quatorze de indiscutido e absoluto poder.

Com a sua morte desencadeia-se o feudalismo militar que ele sistematizara, e desde essa época até 1573, tendo tido vinte e seis micados e vinte e quatro shoguns, o Japão mal encontra alguns momentos de refolga entre as implacáveis guerras civis que o dilaceram. O militarismo degenera em paixão e invade às raias da vesânia, lavra por todas as classes, apodera-se de todos os espíritos, e a nação inteira desfalece moralmente arriscando retroceder as tontas para o barbarismo primitivo; desaparecem os artistas, desaparecem os obreiros, a gleba corrompe-se e pega em armas; os poetas arribam da pátria com as asas sujas de sangue, e até os sacerdotes, os meigos bonzos de crânio raspado e túnica branca, dantes fechados na sua fé sinistra que lhes vedava comer carne, beber licores e tocar em mulheres, endurecem de alma e fazem-se guerrilheiros; os santuários do budismo convertem-se em fortalezas e arsenais; o monastério de Higeizen, maior de todos, às margens quietas do formoso lago de Biwa, com os seus quinhentos templos boscarejados de sagradas cliptomérias, transforma-se em reduto inexpugnável, onde as súplicas do próprio Micado são repelidas com duras blasfêmias e pedradas. Alguns japoneses, caindo de fome, vendem-se então como escravos para as Filipinas e para a China, levando olhos e alma consumidos de fitarem inutilmente o frio espelho de Amateras, a deusa-mãe degenerada.

E nesse largo e negro período de decomposição geral que os militantes samurais, homens d'armas, com direito a usar duas espadas e direito a deixar crescer a barba, se desenvolvem e consubstanciam numa classe privilegiada e turbulenta, podendo comer, beber e dormir pelas locandas e hospedarias de todo o país sem obrigação de pagar os gastos, pronto sempre a qualquer deles a castigar com a morte o kuli ou plebeu que ousasse contrariá-lo no meio das suas correrias e aventuras soltas. Como desdobramento espúrio dessa classe de fundo cavaleiresco em que, seja dito com justiça, havia por vezes mau grado a dura escuridão dos tempos, altruísmo nacional e nobreza de sentimentos, esgalhou a facção fragueira dos roninos, homens que não são já soldados, mas nem por isso menos ardidos e belicosos; gente de arma encoberta e arbitrária,

mas com quem podiam os príncipes senhoriais contar em caso de guerra, transformando em instrumento de ação política o que era desclassificado produto do meio corrompido; fatores e auxiliares inconscientes, ora do bem, ora do mal, vigoroso elemento étnico, cujo naturalismo heróico se dispersava à toa numa exaltação brigalhona e constante, às vezes generosa, quase sempre porém inconfessável e perversa, porque lhes faltava, a esses como aos seus originadores, o sustinente ideal piedoso que continha na mesma época os seus congêneres ocidentais, pondo ao lado da espada ensangüentada desses tempos cruéis o lírio místico da fé cristã. Mas, nos curtos intervalos da guerra, dessa guerra civil que durou perto de quatro séculos; o ronino volvia-se salteador e pirata, ao passo que o samurai, depostas transitoriamente as duas espadas, ia para o campo administrar a própria fazenda e criar os filhos para dá-los depois ao seu príncipe e senhor, ensinando-lhes desde o berço que os deveres da vida militar são carga pesada como as armas e que a morte nas batalhas é leve como a pluma.

Esta desoladora situação, em que o país esteve prestes a desfazer-se em sangue, e em que apenas prosperaram os artefatos e produtos industriais concernentes à arte da guerra, só veio a ceder, esbarrando de encontro à ação bravia de três grandes vultos consecutivos: Nobunaga - Taiko Sama - Ieiás, e dissolvendo-se enfim de todo contra a maquiavélica resistência do último destes, que é incontestavelmente o maior homem do Japão medieval, como por si mesmo julgará o leitor, se tiver a paciência de ler o seguinte capítulo.

2º Capitulo

NOBUNAGA - TAIKO~SAMA - IEIAS

Nobunaga, filho do príncipe de Owai, é um espírito claro e forte, porém ímpio, servido por uma vontade enérgica e resoluta. Bate em 1573 a poderosa família Achikanga, que então mantinha no poder o seu décimo quinto shogun por

ela imposto — Yochi Aki, e alça mão das rédeas do Estado, fazendo-se "Daijin" ou Grande Ministro do Interior.

Como subiu em luta aberta com os daimos, cuja supremacia militar tem em mira destruir em favor do poder áulico, desiste da eleição shogunal, mas também não consente que elejam outro, deixando vago esse cargo que depois de Yoritomo não havia sofrido interrupção, e entra a governar em nome diretamente do Imperador, a quem assim consegue soerguer um pouco do fundo rebaixamento político em que o tinha deixado o feudalismo militante.

Uma vez seguro do poder não são todavia os daimos a sua primeira preocupação, mas sim a milícia religiosa; é que os budistas, riquíssimos e cheios de prestígio nos seus alcáceres monásticos, com vassalos próprios colhidos entre os mais terríveis samurais e roninos, se haviam constituído em uma força de guerra superior à dos próprios príncipes feudais, porque a seu favor laborava o espírito religioso do povo. Ora, Nobunaga compreende que, governando em nome do Imperador e sendo o Shintoísmo a religião do Estado, seu poder não passaria de ficção se persistisse de pé a arrogância dos sacerdotes budistas; para firmar pois o princípio da sua autoridade e o prestígio moral do governo, era preciso antes de mais nada aniquilar a supremacia dos bonzos; empresa que a todos se afigurava a mais louca das quimeras, já pelas convenções espirituais estabelecidas pelo trono entre as duas religiões dominantes, já pela boa organização das forças de que dispunham os budistas, já pelo mau efeito que produziria nas camadas populares o caráter sacrílego do sucesso, e já enfim pela solidariedade que existia entre os sacerdotes de Buda e certos príncipes poderosíssimos do norte.

Foi então que Nobunaga, em má hora para os seus patrícios, pensou em tirar partido do Cristianismo que por esse tempo prosperava exuberantemente ao sul do Arquipélago, depois das suas tentativas quase frustradas no continente chinês. O Japão havia sido descoberto, acidentalmente, pelos portugueses em 1542, como explicarei adiante; São Francisco Xavier, acompanhado de frades Agostinianos, Dominicanos e Franciscanos, tentara desembarcar em 1549 no porto de Kaugosima; repelido, seguiu para Yamaguchi e depois para Kioto, conseguindo

afinal estabelecer-se ao sul com o seu humilde exército de missionários. Foi tal o bom êxito dessa piedosa campanha, reforçada mais tarde pelos jesuítas espanhóis, foi tão fecunda a catequese, que, na época de Nobunaga, trinta anos depois do início dela, havia no império duzentas igrejas católicas e meio milhão de convertidos, entre os quais principescas famílias de Kiuciu e muita gente da melhor nobreza que chegou a chamar por sua conta novos missionários europeus; tanto assim que em 1581 o príncipe Sendai enviava ostensivamente uma embaixada a Felipe II de Espanha, e aos papas Gregório XIII e Sixto Quinto, apresentando-lhes os votos dos católicos do Extremo Oriente.

Pois bem, Nobunaga, político hábil e homem cético, achou meios de chamar a si os cristãos novos e com estes conseguiu levantar as forças de Kiuciu contra os budistas, assaltando logo, sem dar tempo aos daimos de acudirem, o monastério de Heijeizen que, depois de formidável resistência, foi tomado e reduzido a cinzas com o despojo dos que o defendiam. Em seguida, antes que lhe esfriassem as armas, volta-se para o de Hang-wanji em Osaka, onde se praticava a seita Chichiu; neste porém volvia-se o feito muito mais duvidoso, o monastério tinha cinco redutos exteriores, guarnecido de fossos e valas; e não perdera a ocasião de engrossar as suas forças enquanto o outro era atacado. A primeira investida foi como se os assaltantes se abismassem num sorvedouro infernal, os sitiadores só tiveram notícia do resultado dela vendo descer as águas mortas do canal um enorme e sinistro junco carregado até as bordas de orelhas e narizes decepados; era tudo que voltava da expedição. Nobunaga insiste; ataca de novo e de novo é repelido, e afinal, à força de atividade e pertinácia, logra vencer o primeiro reduto, e depois o segundo, o terceiro, todos os outros, e penetrar enfim no coração ardente da alcaçova e escala a formidável cidadela, que arrasou no meio de uma hecatombe de vinte mil associados, bonzos, samurais, roninos, servos e concubinas.

Destruída a resistência budista foi fácil ao temeroso general fazer o mesmo com a dos daimos, cujas tentativas de reação conseguiu logo ao nascedouro afogar em sangue, podendo ele depois disso dedicar-se de corpo e

alma ao seu grande plano de reorganização feudal para dar ao Império a unidade que lhe faltava e remodelá4o pelo seu peculiar ponto de vista cesariano, talvez, quem sabe? na intenção de, arvorando-se ditador, alçar-se com o próprio cetro pelo qual se batia agora; mas, ao lançar em 1582 os primeiros alicerces do vasto edifício, caiu para sempre atravessado no coração por uma flecha que ninguém nunca descobriu donde partira.

Sua obra porém não morreu com ele: Nobunaga contava desaparecer de um momento para outro, e havia preparado para secundá-lo um homem cheio de vida e perfeitamente na altura da situação, um herói que ele inventara, um cabo de guerra, sem família e sem títulos, que fora seu palafreneiro, seu "betto", e de quem o General nos últimos combates tinha feito, nem só seu ajudante de campo e confidente nos segredos do Estado, mas depositário dos seus futuros planos políticos e por eles responsável.

Entra pois em cena o extraordinário Hideyochi, conhecido na História pelo original cognome de Taiko-Sama.

Nada tendo por si que justificasse a ambição, além do prestígio pessoal, começa por voltar-se contra os descendentes do seu próprio benfeitor, usurpando-lhes pelas armas o direito de sucessão no governo e obrigando-os ao extremo de rasgar o ventre para esconderem na morte voluntária e nobre a infâmia da derrota. Ato continuo, lança-se como um raio para as províncias de Nagato, cujos príncipes e daimos se haviam levantado a contestar-lhe o poder, e sobre eles investe com tal fúria que é de um assalto que os leva de vencida, mandando logo incendiar estâncias e castelos, e varrer a ferro e fogo os campos arrasados.

Ninguém pode imaginar a que ponto de vertigem heróica chegou nessa época entre os japoneses o desprezo pela vida. Enquanto Taiko-Sama é ruidosamente aclamado em triunfo na frente das legiões vencedoras, que arrastam os prisioneiros escravizados e expõem na ponta dos chuços quarenta mil cabeças de vencidos, Chibatá, um dos melhores e mais altos samurais de Nobunaga e que, fiel à descendência do extinto chefe, se recusara reconhecer a

autoridade do usurpador, vê-se encurralado com a mulher e alguns últimos companheiros de desgraça no seu castelo de Fukui no principado de Hechisen, sem outra expectativa além da rendição do inimigo que o não poupará de certo. Não se aflige entretanto; ao contrário, arma um festim e durante toda essa sua última noite, ordena que em volta dele fervam as danças e as cantigas sensuais das "gueichas". Ao raiar da aurora, em meio do prazer, Chibatá enche pela vez extrema a taça com que vai celebrar o brinde fatal, o adeus para sempre; antes porém de levá-la aos lábios e de entoar o cântico da morte, chama junto a si a esposa e diz-lhe, pousando-lhe uma das mãos na cabeça enquanto com a outra empunha o copo fatídico:

— Tu, minha flor, como mulher, podes sair do castelo; entre as gueichas e bailadeiras ninguém te reconhecerá... Não tens, como eu e os meus companheiros d'armas, o dever de morrer cá dentro... Vai! Dou-te com gosto a liberdade, e desejo que no domínio de outro homem possas encontrar melhor sorte e prosseguir na virtude de que me deste todas as boas mostras. Vai! Podes sair, adeus!

Ela, por única resposta, toma-lhe das mãos o copo que ele havia enchido e é a primeira a romper o cântico funerário, o hino dos vencidos com honra.

O coro responde e todos se prosternam para morrer. Calam-se de novo e, no meio do lúgubre silêncio, acrescenta a esposa ajoelhando-se aos pés do marido:

— Meu senhor, não me tires o direito de findar com orgulho ao teu lado; morta pelas únicas mãos a quem me devo...

Abriu o kimono e apresentou o colo nu: ele, desviando os olhos, arranca da espada e fere-a no coração. Depois, voltando-se para os mais, gritou:

— Yake - haraii!

Era a voz para o incêndio e para o suicídio geral, de modo a que não encontrasse o inimigo, no meio das cinzas ensangüentadas, nenhum troféu nem despojo com que pudesse ornar a vitória.

Taiko-Sama, que em virtude da sua baixa procedência não podia ser eleito shogun, nem mesmo grande ministro ou chefe de conselho, faz-se Administrador Geral, título que é precisamente a tradução daquele cognome com que ele passou à História; mas depois, submetendo à mão armada os príncipes feudais e jungindo ao Estado a função das diversas seitas monásticas, dilatou por tal modo o seu predomínio político, e por tal modo se fez senhor do país inteiro, que, em 1586, impôs à Corte Imperial que o elegesse Kuambaku, isto é, nada menos que — Vice Imperador.

Esse cargo, até aí honorário e só preenchido pelos membros superiores da família micadoal dos Fujiwara com direito simultâneo à presidência do conselho privativo da coroa, tornou-se então efetivo e de poderes amplos, pois de um lado, aos olhos dos senhores feudais, representava a soberania aristocrática do trono como intermediário entre este e a nação, e do outro, perante o monarca, representava a nobreza armada e autoritária dos daimos que em Taiko-Sama reconheciam o seu chefe militar.

A golpes de energia, cada vez mais pronta, o Vice Imperador estabelece a paz em todo o território nacional e, a poder de boa administração, consegue reorganizar a agricultura, desenvolver a indústria e lançar as primeiras bases do comércio exterior, que ainda não existia; mas, precisando por cálculo dar expansão ao elemento militar, sobreexcitado e aguerrido durante tantos séculos de luta civil, concebe o gigantesco plano de conquistar para o Japão a China e a Coréia, a pretexto de que já não pagavam impostos pela imperatriz Jingô Kogô; e, durante cinco anos, prepara-se para a formidável empresa, com grande contentamento dos daimos e dos samurais. Levanta fortificações; organiza esquadra; disciplina admiravelmente as forças de terra, e afinal, em 1592, comandando ele em pessoa, atira-se com oitenta mil homens sobre o continente asiático, atacando a Coréia pelas ilhas Iki e Tsusima.

Feliz em todas as batalhas, tendo já subjugado três partes da península coreana, cujo rei fugiu diante dele, invade a China e logo vê, pelo bom êxito da primeira investida, sorrir-lhe no horizonte da guerra a vitória completa.

Senhor e cônscio da sua fortuna que nunca desmaiara, dispõe-se, num alegre frenesi de ambição e glória, a ir, com as suas próprias mãos, fincar nas venerandas muralhas de Pekin o triunfante guião do Sol Nascente. Condu-lo a sua estrela — não recuará! O colosso asiático retrai, treme, dominado pela vontade irresistível desse homem que nasceu das próprias armas e como as armas se arroja. O grande Celeste Império vai, para sempre talvez, cair em poder da menor e mais atrevida nação do Oriente! Taiko-Sama concentra as suas forças já multiplicadas, reúne em volta de si os seus primeiros generais; nesse momento cíclico porém, 15 de setembro de 1598, uma febre cerebral o acomete em pleno conselho deliberativo, prega com ele em delírio ao fundo da sua tenda de campanha e dentro de uma hora o mata.

A junta regencial que ele havia deixado a governar o Império, ao saber do ocorrido, dá ordem às forças japonesas de recolherem incontinenti, sem mesmo negociar pazes com a China, abandonando desse modo uma campanha começada sob os melhores auspícios e abrindo mão do que já estava conquistado sobre a Coréia. Dizem uns que houve, nessa estranha medida da Regência, perversa intenção de quebrar a fama póstuma do feliz dominador, alvo de muita inveja e ódio entre os seus próprios ministros; outros afirmam até que estes contavam já com o fato, pois em segredo estava de longa data resolvido o envenenamento do chefe.

Taiko-Sama, entretanto, além do grande nome que deixou como general estratégico e valente, goza na história do seu país da reputação de exímio administrador; alguns comentadores estrangeiros o comparam a Henrique IV, que nessa mesma época sufocava em França as revoluções da Liga. Entre muitas outras coisas, a pátria deve-lhe os trabalhos de fortificações em Kioto e Osaka, o aperfeiçoamento da indústria da porcelana e o desenvolvimento do comércio holandês, único que logrou fixar-se no país apesar dos vexames que em seguida sobrevieram. Se Taiko-Sama conseguisse viver mais alguns anos, é natural que o Japão desde esse tempo entrasse em relações com o resto da Europa, pois isso fazia parte dos seus planos políticos herdados de Nobunaga, planos

totalmente destruídos pelo homem fenomenal que os sucedeu.

Sim, o maior vulto, maior e derradeiro, dessa limitada galeria de homens típicos do Japão antigo, vai surgir agora em Ieiás, levantando um novo marco na vida histórica da pátria e separando a sua época das épocas anteriores. A esse guerreiro, estadista e legislador a um tempo, caberá a glória de levar a efeito com um golpe decisivo o vasto plano de unificação feudal, concebido pelos seus dois grandes antecessores, e transubstanciar definitivamente a alma da nação inteira, moldando-a pela harmoniosa complexidade do seu próprio talento original e criador.

Espírito sutil e forte, pela face contemplativa do gênio que o animava, mas sem o menor escrúpulo sentimental como todo homem de ação. Ieiás apresenta o arquétipo da ambição inflexível e regrada e do egoísmo político levado à transcendência de ideal filosófico. E de alta linhagem, vem da família Tokugawa, colateral dos Minomotos donde procedeu Yoritomo, pertence por conseguinte à divina raça dos Micados. E pouco antes se havia unido a uma irmã de Taiko-Sama, a qual desdenhou depois por infecunda.

Esse homem sem entranhas, mas que conhecia profundamente o coração humano, pode ser chamado, a justo título, o Confúcius do Japão, pois dele, e só dele, saiu o célebre estatuto constitucional das "Cem Leis", sucinto e sábio código que dirigiu o espírito público de sua pátria, desde esse rente começo do século XVII até a contemporânea restauração micadoal de 1868, e com cujo vibrante feixe de sentenças mosaicas conseguiram seus descendentes, em quem aliás, à exceção do primeiro filho, não houve um só capaz de secundá-lo, governar a nação durante dois séculos e meio de paz fecunda e esplêndida prosperidade transformando-a, do grupo anárquico de sesmarias feudais que era, em um Estado homogêneo, de caráter próprio e distinto, capaz, dessa era em diante, de impor-se ao mundo inteiro pela pureza original da sua arte, pela inexcedível perfeição da sua indústria, pelo requinte da sua afável cortesia e pelo nunca desmentido altruísmo patriótico dos seus heróis.

Para governar teve que bater-se com os Príncipes do Sul e do Oeste coligados contra ele, e jamais nenhum outro usurpador japonês, que este também o foi empossando-se do direito hereditário de Hideyori, filho de Taiko-Sama, encontrou para galgar o Poder tão forte oposição pelas armas; mas nessas refregas, em que seus inimigos têm em pé de guerra cento e vinte e oito mil homens e ele apenas setenta e cinco mil, Ieiás realizou tais prodígios de valor, que os seus próprios vencidos o aclamaram entusiasmados.

Depois de uma campanha de guerrilhas e escaramuças, fixou-se o combate decisivo para o dia 1º de outubro de 1600. As duas legiões tinham de encontrar-se no extenso planalto de Sekigahara, na província de Mino. Avistam-se ao raiar daquele dia e avançam de longe uma contra .'. outra com igual denodo. Os Príncipes de Satzuma comandam a direita dos Coligados, Konichi o centro, e Tchidá, um cristão, dirige a esquerda, levando no loudel uma cruz vermelha sobre o peito; Ieiás faz o comando em chefe das suas forças e não tem consigo outro general.

Disparam-se os primeiros tiros de bombarda; começa a fuzilaria de arcabuzes; mas nesse instante cai dos céus um terrível nevoeiro, e estende-se como lúgubre mortalha sobre o campo da peleja, cegando todos os combatentes. Os Coligados param, perturbam-se; Ieiás porém avança firme por entre a espessa bruma, recomendando aos seus de não fazerem alarme, e rojando-se que nem o tigre quando fareja a presa descuidosa.

Rasga-se num relance o nevoeiro de alto a baixo, o sol de novo inunda os arraiais, atroa os ares o alarido bélico, e os Coligados estremunham, dando de surpresa pela frente com o inimigo, que feroz se atira sobre eles. Começa logo então, desordenadamente, a luta corpo a corpo, numa confusão estrepitosa de homens, armaduras, cavalos e carretas, que se arrastam de roldão com um só impulso. Ninguém mais se entende; cruzam-se os ferros, partem-se azagaias, arrancam-se punhais; é cara a cara, e a pulso a pulso que a luta se incendeia.

Meio dia. O sol a pino e a vitória indecisa. Um momento mais de resistência dos Coligados e os Tokugawas terão de

ceder à desproporção do número. Ieiás pressente a derrota; voa num galope à retaguarda, toma a frente das forças de reserva e avança com elas, empunhando o seu branco pendão de rosas malvas. Ruflam metálicos tambores à vista dos brasões do Chefe; tam-tans retinem; os búzios ressoam à laia de trombetas; maior levanta-se o clangor das hostes, e, de um arranco, Ieiás rompe as fileiras dos daimos assombrados. Quem pode resistir a um tal arranco? "Decepar! Decepar!" grita ele aos seus guerreiros, dardejando a alabarda fumegante de sangue. E os fracos fogem; e os fortes apunhalam-se, para não deixar essa honra aos inimigos.

Ao declinar do sol, Ieiás era senhor do campo, distribuía postos militares e, pela primeira vez no Japão, armava, sob a sua espada, cavaleiros os samurais que se haviam distinguido na batalha. Para essa nova formalidade, semente de uma nobreza submissa com que ele havia de engrandecer-se na paz, pede o seu capacete emplumado, aparelha-o na cabeça e diz, ao abrochar-lhes os loros de seda escarlate:

— É só depois da vitória que um General deve ornar-se com este festivo toucado de gala!

Na manhã seguinte fez a sua entrada triunfal em Hikone e depois em Osaka, no meio da aclamação unânime de vencedores e vencidos. Os príncipes do Sul e do Oeste, de cabeça baixa, humilhados, franquearam-lhe os seus domínios em troca do indulto, que ele, contra a norma até aí estabelecida, cedeu com uma demência já de perfeito soberano em que pese a desgraça dos seus súditos.

E a partir desse momento, o herói de Sekigahara ficou sendo, se não logo de direito, mas incontestavelmente de fato, dono e senhor absoluto do Japão. Em 1603 restabelece o Shogunato, cujo posto assume, convertendo-o agora em poder hereditário, e criando assim, ao lado da velha dinastia dos Micados a nova dinastia dos Tokugawa. A Suserania Shogunal deixa de ser desde então revogável pela Coroa e dependente da vontade dos daimos, para se arrogar foros de pura autocracia aristocrática, perdendo de todo o primitivo caráter subalterno de intermediário entre a Nobreza militar e o Trono místico. Não podendo Ieiás

tomar do Micado também o título para si, inventa o de Tai-Kum (Grande, Primeiro ou Maior Senhor), o qual, em boa lógica, não passa de um sinônimo do outro. E assim se consumou essa estranha duarquia que, duzentos e cinqüenta anos depois, tanto enleio e perplexidade veio a produzir nas relações internacionais do Japão. O Império, sem deixar de ser império, passou a ter duas autoridades paralelamente heráldicas e majestáticas, igualmente supremas e respeitável — o Micado, a quem a nação inteira venerava como um Deus e o Shogun, a quem ela temia como um Rei absoluto; as grossas rendas do Estado logo se derivaram para as mãos deste, não indo para as do outro mais que as sobras, porque ao primeiro cabia, com os seus punhos fortes; prover todas as ineludíveis e ásperas coisas cá da terra, ao passo que o segundo, de palmas finas e defumadas, tinha de haver-se apenas com as boas e complacentes coisas do céu.

Triste nobreza é essa, da consangüinidade requintada e puída pelos séculos, que assim desfibra o organismo de uma geração até reduzi-lo àquele mítico estado de semideus, ambígua e desclassificada condição social, inteiramente desaproveitável para o menor dos interesses da vida coletiva. ~ o que se deu com essa ilustre descendência de Jimmu Tennô, homem tal que tomou a terra dos Ainos e fez dela o seu Japão divinizado, haveria, com o correr dos tempos, de acontecer fatalmente à própria sucessão dos Tokugawas, cujo último príncipe hereditário, se não houvera degenerado de todo em contemplativo místico, seria logo em seguida à Revolução, como adiante verificará o leitor, o poderoso Rei de um Estado independente e novo, que os seus prosélitos, fiéis ao testamento de Ieiás, lhe tinham preparado na vasta ilha de Yezo, ao verem em 1869 perdido para sempre no resto do Império Japonês a metade do Trono que lhes legara o fundador da dinastia.

O Tai-Kum não quis deixar a geração da sua Casa sem um frisante subtítulo como com aquele não deixou a si próprio, e deu-lhe o de *Seitaishogun* (Sei - Tai -Shogun), que é já nada menos do que um programa político desdobrável em questão social. *Sei* era, em longínquas datas o nome do General encarregado especialmente de expulsar do país os bárbaros invasores; *Tai* já o leitor o sabe, quer dizer

"Grande" e Shogun, não o ignora tampouco, "Comandante Geral das forças militares"; podendo-se pois traduzir aquele sobrenome de uma só palavra por toda essa frase: "Generalíssimo destinado a expulsar do Japão os estrangeiros". E é com efeito desde essa transitiva época que se converte em feição nacional, e se arvora em fórmula do Governo, o nativismo japonês, que até aí não passava de um frouxo e curto reflexo produzido pelo da China. O sistema político de Ieiás baseia-se na mais estreita e orgulhosa reclusão; o país deve fechar-se hermeticamente contra o resto do mundo e só contar consigo para viver.

Diz um dos artigos do famoso código: "Quando de todo não for possível evitar a presença de quaisquer bárbaros no Império, convém nesse caso tratá-los com a máxima reserva e fria polidez, cuidando ao mesmo tempo de intimidá-los logo com a exibição de respeitável aparato bélico, de armas esplêndidas e bem disciplinadas, e de forte e feliz aparência da mais brilhante prosperidade; dar-lhes por favor o que com boas maneiras peçam para as suas urgentes necessidades pessoais, mas deles não aceitar, sob pena de castigo, nada em que transpareça sombra de obséquio ou sinal de gratidão e estima".

E o legislador decreta a pena de morte para o súdito japonês que se afastar das águas territoriais da sua pátria, compreendidas dentro de um tiro de flecha; estabelece a forma que devem ter os barcos mercantes, cortando-lhes a proa em linha reta, de modo a que não possam alongar-se das costas do país; proíbe toda e qualquer navegação que não seja a de cabotagem, e começa a pensar nos meios de pôr barra afora os estrangeiros que se acham estabelecidos no arquipélago; ideal mais tarde realizado, exceto com o Holandês, único de quem se não revoltou o brio contra as duras e humilhantes condições impostas pelo Governo. Ieiás, ao contrário do que fez Nobunaga, que se ligara aos Jesuítas portugueses e espanhóis, vexa-os e persegue-os sistematicamente, obrigando alguns a fugirem para Formosa e para a China, não ainda por motivos religiosos, mas porque tiveram aqueles a leviandade, neles com efeito imperdoável, de envolver-se na política do país.

Pouco depois estalou a ordem de expulsar para todos os missionários; mas Hideyori, filho de Taiko-Sama, de cujas mãos Ieiás usurpara o poder, abraça a causa dos católicos, com eles engrossa as forças de que dispunha; e faz do seu castelo em Osaka um árdego centro de resistência contra o Governo. O Tai-Kum, acompanhado por Hidetada, seu filho mais velho e intransigente secundador, corre ao lugar da sedição e, depois de bloquear e tomar a fortaleza, redu-la a cinzas. Hideyori, ao lado da mãe, desapareceu com esta, devorados ambos pelas chamas, e os que escaparam de morrer na peleja ou no incêndio, caíram no poder do vencedor. E então, como podiam sobrevir novos pretendentes que, à semelhança do filho de Taiko-Sama, se ligassem aos católicos; e, como Ieiás queria opor-se a todo o custo a qualquer troca de idéias com os estrangeiros e cortar pela raiz as relações com a Europa, resolveu dirimir esse último estorvo dos seus planos e, depois de fazer passar à espada os prisioneiros, ordenou a matança geral dos cristãos; poupando apenas aqueles que abjurassem e em público tripudiassem sobre um crucifixo, como fizeram os holandeses.

Muitos católicos, porém, preferiram deixar que lhes despedaçassem o corpo a terem de despedaçar a alma pelas próprias mãos e, afrontando o furor do déspota, agruparam-se foragidos, e ganharam, sem esperanças de salvação terrestre, os rasos sertões desse país feito de litorais. O descaroável Tokugawa lançou-se pronto no encalço deles, e os míseros acossados, impelidos pela aflição, concentraram-se nas ruínas do castelo de Chimabara, em Nagasaki, enorme pardieiro ao abandono, perto do golfo. A resistência era impossível, mas a angústia e o desalento viraram-se em força cataléptica, e o Tai-Kurii teve de lançar mão da artilharia e dos seus veteranos de Sekigahara para tomar de assalto aquele pobre baluarte do desespero. Uma onda voraz de lanças acirradas rebenta dentro do arraial em ruínas, e trinta e sete mil cristãos são trucidados, enquanto outros, fugindo mal feridos às férreas garras do inimigo, arrojam-se das altas fragas do Pappenberg nos abismos do golfo.

Foi completa a exterminação dos apadrinhados da Cruz, e com o sangue desses mártires secou para sempre na terra do Extremo Oriente a árvore do Cristianismo, já então

frondosa e aromática, e à sombra da qual haveria sem dúvida de germinar; eflorescer e frutificar com o tempo o que hoje falta à nação japonesa para ser uma nação perfeita; malogrados bens, cuja semente todavia fora posta naquela mal-aventurada terra pela mão piedosa de São Francisco Xavier, o imortal Apóstolo das Índias.

E Ieiás, uma vez fechado e mais os seus compatriotas dentro do torrão nativo, demarca e traça' com mão segura e taumaturga lucidez de espírito, a linha de conduta para essa nação que já era inteiramente dele, não escapando ao seu encabrestante código das "Cem Leis" nenhuma das classes e sub-classes, nem mesmo as excrescências sociais, como por exemplo o enxurro dos roninos que ficaram reduzidos à triste condição de espiões políticos, porque no entender do Confúcius japonês, o segredo de bem dirigir um Estado consistia principalmente em saber utilizar com vantagem todas as moléculas, boas e más, de que se constitui o complexo organismo de um povo. Eis o que, com o seu pitoresco estilo, diz... (a página do manuscrito perdeu-se!). Aplique cada qual a si próprio este principio e só não será feliz quem não quiser, pois do saber viver nasce o sorriso, e do sorriso nasce a fortuna. A vida é sempre um útil instrumento de felicidade; o caso esta em saber servir-se dele." Depois de disciplinar hierarquicamente a população, fixar em regras os limites dos canteiros sociais, traçando o lugar preciso de cada grupo, de cada família, de cada indivíduo, com a tábua rigorosa dos seus direitos e dos seus deveres, Ieiás penetra com a lei pelo íntimo da vida privada e regula como se deve comer, beber e até sentir. Ao Samurai, entre outras muitas coisas, recomenda ele: "Não consinto que a mulher se envolva no ato mais insignificante da tua vida pública, como por tua parte não intervenhas no seu governo doméstico. Não deve a galinha vir cá fora ao terreiro cantar ao romper d'alva, nem deve o galo meter-se no ninho a chocar os ovos. Esta é a lei."

Firma quais hão de ser daí em diante os recíprocos deveres entre as duas clássicas Nobrezas que encontrou estabelecidas, e quais as novas relações que devem existir entre a Corte micadoal e o Shogunato; conserva as regalias dos Daimos e assegura-lhes o senhorio feudal, exigindo porém que venham todos eles periodicamente a

Gotten Yama para testemunhar ao Shogun a sua fidelidade política; faz o elogio e multiplica as honras da classe militar, agora regularmente constituída pelos Samurais, mas impõe que ela se não arme senão à ordem do Shogun e só em caso de guerra por este oficialmente declarada; e finalmente cria uma nobreza à parte, exclusivamente sua, dá-lhe senhorios e direito de levantar castelos; faz enormes concessões de principados territoriais à sua descendência viva e por nascer, e, à semelhança de Yoritomo em Kamakura, estabelece uma nova capital em Yedo, que mais tarde devia chamar-se Tókio.

Quanto ao Imperador, invulnerável símbolo, ligado por mil vínculos morais à própria alma do povo e superior a todas as lutas partidárias, vendo o Tai-Kum que jamais poderá afundá-lo na terra, nem varrê-lo para os lados, toma o expediente de despedi-lo para o céu; quer dizer, enquanto com uma das mãos lhe cerceia até o extremo a autoridade política, chegando a vedar-lhe à Corte intervir nos negócios do Estado, com a outra lhe dilata exageradamente o prestígio divino, e faz dele a sumidade metafísica e ultra-espiritual do Governo, transformando-lhe o trono em um altar sem Deus, a submissão e a fidelidade dos seus súditos em um culto religioso e vago, balbuciado apenas por cerimônias convencionalmente piedosas e distraídos votos de fé; transcendentalizando-lhe enfim a supremacia até lhe apagar de todo o último vestígio de realidade e dar com ela em águas de quimera. Nesse trono mágico, já sem vislumbre do cetro nem de coroa, não se assenta um monarca, ergue-se uma sombra divina; desprendida do solo, e cuja fronte se vai perder no infinito por entre nuvens de sonho alucinado; miragem hereditária de um poder supremo que existiu há dois mil anos; símbolo abstrato de uma onipotência que nada pode.

Já nem sequer é o Papa privativo do Japão esse pobre Imperador n,º 108, é um mito, é uma alegoria eponímica, é um fantasma que veio do céu e voltará para lá, sem haver tocado com as plantas na imundície terrena, atravessando a vida amortalhado na sua alva de gorgorão sem mácula, apenas guarnecida ao meio das amplas mangas com as heráldicas crisântemas imperiais; cativo espectro, cujo mesquinho âmbito de ação, o Tai-Kum foi, com as suas garras implacáveis, cada vez mais apertando até que o

restringiu aos degraus do santuário, onde brilha já vinte e dois séculos, inalteravelmente, o espelho de Amateras, mãe formosa da ante-humana dinastia do prisioneiro. E agora, aí, de rastros, a única missão dessa alma penada, que ainda não habita o céu e nunca viveu na terra, é orar, suplicando noite e dia aos seus antepassados do empíreo a salvação espiritual desse povo simples e querido dos deuses, que, lá fora, nas estradas cheias de sol, correndo atrás do arroz de cada dia, esfervilha feliz e risonho, orgulhoso de se ver isolado do resto bárbaro do mundo pela mão ciosa e férrea de Tokugawa Ieiás, a quem, de resto o então rei da Inglaterra, Jacques I, chama no alto da sua respeitosa correspondência desse tempo: "Sua Majestade, o Shogun do Japão"

Tendo estabelecido a sua capital em Yedo, o Tai-Kum faz edificar por trezentos mil obreiros o famoso "Chiro Shogunal", de abundantes e tortuosos canais, que ainda hoje são a felicidade dos olhos de quem passeia em Tókio; inexpugnável propugnáculo para aquelas épocas de fôlego largo e tiro curto, e atualmente gracioso parque e sui-generis palácio imperial de Sua Majestade Mutsu Hito. E aí, pois, há pouco menos de trezentos anos, instalava-se Ieiás com a sua esplêndida Corte, em que luziam, na vistosa gala de seda e ouro, cinqüenta e cinco fidalgos do seu Conselho Privado, originalmente intitulados "Chimaguns"; e os nobiliárquicos "Matsudairas" cortesãos honorários e adventícios que, em caso de necessidade, tomavam parte no Conselho; e os "Hattamotos", em número de oitenta mil, que eram os vassalos diretos dos Tokugawas e gozavam da subida honra de poder assistir às cerimônias shogunais; e os "Cobemins", nobreza puramente militar, ganha na guerra, formando a Ordem de Cavalaria japonesa instituída no campo de vitória de Sekigahara, aos quais não era dado penetrar nos recintos majestáticos do Shogun, mas que podiam dirigir-lhe a palavra em acampamento ou nas praças fortificadas; e enfim os infinitos Samurais, menos que cavaleiros, um pouco mais que simples soldados, a quem cabiam os postos subalternos de comando no efetivo das forças, com direito a ganhar título de nobreza e de transmitirem aos filhos as suas vantagens militares, e ainda com a prerrogativa, para eles muito estimada, de poderem trazer, em vez de uma, duas espadas à cinta; estes, como os fidalgos de alta linha, não

casavam senão dentro da própria classe, tomando porém do povo as concubinas que quisessem.

Ieiás, como para se não servir da religião do Imperador, ou talvez cedendo ao seu temperamento ostentativo de homem de espírito, para o qual o fausto e o brilho estético eram viva necessidade como era o aplauso público, toma sob a sua égide o Budismo que ainda se não tinha levantado do abatimento em que o deixara Nobunaga; restaura-lhe suntuosamente os altares e traça com apurado bom gosto o homérico plano dos templos de Nikko na Montanha Sagrada, destinando-os à magnificente necrópole das suas próprias cinzas e das de sua dinastia; templos aonde levarei ainda o leitor e que são indubitavelmente os mais belos, mais artísticos e mais opulentos de todo o Japão antigo e moderno.

Com a direção inteiramente nova que Ieiás deu ao espírito de sua raça, imprimindo-lhe o cunho original do seu próprio espírito, criou-se a renascença japonesa; depois dele as artes e as letras ressurgem em plena eflorescência, atingindo no século seguinte um grau de elevação e pureza a que nunca até aí tinham aspirado sequer. A sua minuciosa e individualíssima lei deu logo ao Japonês tal consistência e tal homogeneidade de caráter, que desde então a vida desse povo ressalta harmoniosa, inteiriça e original, como uma bela obra concebida e realizada de um só jato por um autor de gênio. Fechando ele ciosamente a sedutora pátria à curiosidade importuna e à grosseira cobiça dos ocidentais, foi que conseguiu fazer, nem só a unidade nacional, mas a glória artística do Japão. E a esse largo feriado de reclusão e de paz, durante o governo dos Tokugawas, que o mundo culto deve o século XVIII do Extremo Oriente, o século de Hokusai e Utamaro, para citar apenas dois nomes já vulgarizados por Edmond de Goncourt; século em que o Japonês se constituiu em primeiro e mais poderoso artista decorador de todos os tempos.

3º Capitulo

O COMODORO PERRY Ii KAMMON

Foi sem dúvida o insólito advento dos estrangeiros no Japão, de 1853 em diante, o que, provocando a guerra civil em todo país, determinou a queda do Shogunato e a seqüente restauração do unitarismo imperial. Aqueles porém não conseguiriam penetrar e instalar-se no território, ou pelo menos muito mais caro lhes custaria o feito, se não fora a ardilosa política e traiçoeira audácia de um homem, cuja memória é ainda hoje execrada pelos japoneses da velha têmpera; e o qual de resto pagou com a vida nas mãos dos roninos semelhante ato, nem só contrário à vontade do Micado de então, Komei, pai do atual, como inteiramente oposto às aspirações da nação, que era nessa época profundamente nativista, desde a sua mais alta à mais baixa camada social.

Esse homem fatídico é o Daimo de Hikobe, Ii Kammon no Kami, que durante muito tempo exerceu o cargo de "Tairô", ou primeiro ministro, do Shogun Tokugawa Yeçada, e depois, com a morte deste, passou a ser o poderoso Regente do Shogunato durante a menoridade do sucessor, Tokugawa Iyemochi, príncipe de Kii, criança de treze anos.

Mas, para bem explicar como se deram os fatos, é preciso voltar atrás. O primeiro Ocidental que pôs pé no Japão, assinalando com obras a sua presença, foi um português, Mendes Pinto, em 1542. Antes deste, consta que no século XIII Marco Polo havia já desembarcado no arquipélago, se é com efeito o Japão o que ele nas suas famosas memórias chama "Zipangri" ou "Cipango"; tais revelações porém, verdadeiras ou fantasiosas, sem merecerem até hoje inteiro crédito nem dos próprios compatriotas do autor, não deixaram de si nenhum resultado positivo; podendo-se pois concluir que, a passagem do ilustre navegador veneziano pelo nipônico Império do Sol Nascente, é caso de efeito inteiramente nulo e que ninguém afirma com segurança. Com Mendes Pinto a coisa muda de aspecto, não se contentou o investigador português com descrever

as suas aventuras, muito mais desenvolvidas sobre o Japão e em nada menos interessantes que as do outro, foi a Macao e de lá conseguiu trazer para o arquipélago São Francisco Xavier e mais trinta jesuítas que, uma vez instalados em Kiuciu, atraíram novos, até formarem um núcleo forte e próspero de catechistas, ao qual não tardaram de incorporar-se os espanhóis e logo depois os holandeses, arrebatados estes últimos, não pela fé, mas pela cobiça.

Qual veio a ser nos primeiros trinta anos a boa fortuna dessa pacífica expedição já o leitor conhece, mas o que talvez ainda não saiba é que, à vista de tal êxito, os holandeses, a quem tanto faltava espírito evangélico quanto sobrava o de ganância, receando lhes viessem aqueles a fazer mais tarde concorrência comercial, principiaram a guerreá-los com a mais feia e intrigante deslealdade; como eram protestantes, afetaram pertencer a religião muito diversa da dos portugueses e, calcando aos pés o Crucifixo e fazendo toda a sorte de ridículas manifestações anticatólicas, perseguiram os missionários a ponto de fornecerem a Ieiâs a artilharia com que este exterminou os cristãos na célebre hecatombe de Chimabara.

Foi com esses e outros lances de igual jaez que os holandeses obtiveram, sob o governo de Tokugawa Iyemitsu, filho e sucessor de Ieiás, o privilégio de ficar no arquipélago, enquanto eram todos os mais estrangeiros enxotados e logo corridos a bala e ponta de azagaia. A despeito porém de tanta baixeza e tanta humilhação, permanecia latente no espírito do Shogun o desejo de varrê-los também pata fora do país, de sorte que os não deixava respirar com imposições e exigências cada vez mais cruéis. A um tal Francisco Caron, que em 1640 era o chefe da feitoria holandesa em Hirado, intimaram secamente para demolir todas as edificações por ele e seus patrícios construídas, porque dizia o mandado, se afastavam um pouco da forma arquitetônica nacional imposta pelas "Cem Leis", e os bons homens dos Países Baixos submeteram-se a isso sem o menor protesto e até com vivo e afetado empenho de bem cumprir as ordens do Governo, na esperança, já se vê, de que tais mostras de sujeição abrandassem os rigores oficiais e lhes facultassem

a eles continuar a auferir os belos lucros que proporcionava o seu tráfico sem concorrência. Maximiliano Lemaire, que, com a morte de Caron, o substituiu, obteve afinal do Governo, à força de súplicas e juramentos de solidariedade, concessão para construir uma ilha ao pé de Nagasaki, feita com a terra de uma colina próxima, para estabelecer nela a sua feitoria que não tinha onde abrigar-se. Essa ilha artificial, em hemiciclo, forma lisonjeira aos Tokugawa, cujo escudo era um leque de ouro com as rosas malvas do brasão de Ieiás no centro, chamou-se Dechima e foi o escasso recinto em que, durante trinta e dois anos, vegetaram os holandeses no Japão, sem família e sem direitos, privados de licença de arredar pé do presídio, a não ser com mil formalidades e só durante certas horas do dia, enchiqueirados lá dentro debaixo de uma fiscalização draconiana; não podendo receber da pátria por ano mais do que um navio, e sem vênia de entreter relações, fora das comerciais, com os japoneses e, ainda menos, com as japonesas, às quais era rigorosamente vedado o ingresso na ilha, como a toda e qualquer mulher estrangeira, menos a asiática, era defesa, sob pena de morte, a entrada no Império.

Semelhante reclusão teve, como era de prever, conseqüências ridículas. Nesse tempo não comiam ainda os japoneses outras viandas senão de aves e peixes; o boi era um animal sagrado, o porco desprezível e o carneiro inaclimável no território, apesar das d1-ligênncias nesse sentido tentadas pelos chineses e coreanos; ora, os holandeses, que não estavam dispostos a amargar, além do que já sofriam do Governo, os rigores da cozinha japonesa, faziam vir todos os anos da Europa um bom carregamento de gado ovelhum e caprino; quanto ao bife nem era bom falar nisso - animal consagrado! Assim, quando mais tarde, depois de muita lamúria, permitiu o Shogun que as "musmês" da mais baixa extração fossem ter à ilha Dechima e isso somente na ausência do sol, o povo começou de alcunhá-las de "Ovelhas" e "Cabras", qualificativo com que ainda agora grande parte dele estigmatiza a japonesa que partilha com qualquer ocidental o fruto do paraíso.

Mas o fato é que foram os holandeses os únicos europeus a permanecer no arquipélago desde 1625, época da expulsão

definitiva dos estrangeiros, até 1853, quando um grito de alarma e de cólera ecoou por todo o país, arrancado pela arrogância do Comodoro norte-americano Perry, que se apresentara nas águas japonesas com uma esquadrilha composta de quatro navios de guerra, a reclamar o direito de ancorar, deter-se e traficar nos proibidos portos de Chimoda e Hakodate.

Dai Nipão já não era o mesmo quanto ao naturalismo espontâneo dos costumes. Duzentos e cinqüenta anos de profunda paz e desenvolvimento artístico, impostos pelos Tokugawas, tinham abafado o ardor bélico e turbulento dessa raça que agora se elevava já mais além de 40 milhões de indivíduos. Os acaroados arneses e as decorativas espadas de Massamore e da família Miotchim, os mais primorosos alfagemes da idade média japonesa, jaziam havia muito dependurados nos altares domésticos, como venerandas relíquias dos tempos heróicos e dos antepassados valentes. Os príncipes e daimos viviam então tranqüilos, a gerir as suas terras patriarcais, desistidos das antigas rivalidades de classe e descuidosos das armas; os respectivos samurais, dantes tão árdegos e revessos, eram agora os seus agentes de confiança na administração dos feudos. Mas, se por um lado haviam a preguiça e a voluptuosidade invadido a aristocracia e a nobreza militar, por outro os artistas, os operários e a gente da gleba se tinham apurado pelo esforço inteligente ou pelo trabalho subalterno. Não se contava um só analfabeto no país.

E com efeito durante aquela extensão pacífica que atingiram a sua mais linda plenitude as artes e as indústrias japonesas, caindo depois vertiginosamente com a revolução e ameaçando hoje em dia desaparecerem para sempre, estioladas de todo pela macaqueação da arte européia e do industrialismo cosmopolita e banal. Os artistas japoneses, então diretamente protegidos pelos daimos senhoriais não faziam obra de afogadilho destinada ao comércio, que só em muito pequena escala existia no Japão. Como tinham vida garantida pelo príncipe a que serviam, e absolutamente despreocupada de necessidades materiais ou de ambições burguesas, trabalhavam sem impaciência, sem pressa de acabar, e só cuidosos da perfeição e requintado esmero. Daí essas inverossímeis maravilhas de laca, de bronze, de esmalte, de mosaico, de

porcelana, e todas as outras mil inapreciáveis coisas, das quais neste sincero livro muito tenho que vos referir; coisas que nunca mais se repetiram depois daquele tempo áureo e que, — infelizes dos olhos futuros! — nunca mais se farão em parte alguma do mundo.

E que o governo feudal dos daimos era, contido pelas sábias e humanas leis de Ieiás, nem só paternal para o povo, mas talhado de molde a favorecer a expansão do talento artístico. Com uma obra d'arte perfeita obtinham-se foros de nobreza, tença vitalícia e até hereditária, se acontecia neste caso, como era então muito comum, exercer a família do artista a mesma profissão que o chefe. Uma alçada, de imediata confiança do Governo Central, composta de cinco membros e dispondo de duzentos agentes de tradicional integridade, tinha a seu cargo a fiscalização da gerência dos principados, e, uma vez por ano, passava em revista todos os oitenta e quatro distritos do Império, recolhendo, uma por uma, as queixas e reclamações do povo; o protocolo de tudo isso seguia para Yedo a ser estudado e julgado pela Corte Shogunal, que punha em confronto essas partes populares com as contidas nos relatórios, também anuais, apresentados por cada um dos daimos governadores. Em caso de denuncia de crime grave, o Shogun fazia vir à sua presença os interessados, acareava-os em plena audiência e, se o daimo tinha razão, entregavam-lhe o delinqüente para ser punido como de lei; mas, se ficava justificada a razão de queixa contra o príncipe, o Shogun anotava o depoimento das testemunhas com o seu parecer, e os autos subiam, pro forma, às mãos da Corte do Imperador que, imediatamente, em nome do Micado, convidava o daimo criminoso a abrir honradamente o ventre com a sua *katana* de fidalgo. E nunca se dava o caso de semelhante convite deixar de ser atendido com toda a solicitude, nem só porque ele significava áulica deferência prestada a um nobre do Império, corno também porque, se o criminoso não se prevalecia do privilégio, passava pelo negro vexame de acabar menosprezadamente decapitado, enforcado ou crucificado, conforme o dia da semana em que caísse a execução.

O produto de cada feudo era consumido pelo próprio feudo, não havia por bem dizer outra permuta fora da produção

industrial e da produção agrícola; o mercador intermediário não estava classificado, porque também não existia ainda capital em giro de especulação. O organismo político do Estado, como a própria economia do povo, achavam-se na mais sinérgica integridade de equilíbrio e força; neles se não acusava nenhum dos vírus que na Europa perturbaram e destruíram o sistema congênere; não havia questão religiosa; não haviam rivalidades dinásticas em luta, nem reivindicações filosóficas e populares contra o direito divino do Trono ou contra a autonomia civil e militar do Shogun; não haviam tendências igualitárias transbordamento industrial dos limites que às competentes classes lhes traçavam as leis ieiasinas; a vida era fácil e simples, o país abundante; o clima em geral benigno, os patrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Ieiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez; a ausência da moda, o enlevo amoroso pela natureza, punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias. Não se acusava no corpo da nação o menor sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte — a Febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum 'país ocidental escapou até hoje; o dinheiro ainda servia só para ser gasto e não para ser multiplicado pela tabuada dos filhos de Israel; o capital ainda não era capital, era coisa secundária, não se tinha transformado em força viva e roda dentada que engrena, arrasta, mastiga e babuja a moral, o talento, o amor e o caráter da melhor porção do mundo moderno. Ninguém se azafamava correndo atrás dos galopantes cavalinhos de Dona Isabel, e não havia por conseguinte encontrões, nem choques, nem trambolhões; suicídios só por amor, por desafronta de honra ou em piedosa homenagem à morte de um amado chefe, militar ou doméstico, a quem por íntimo e espontâneo voto de lealdade se tivesse consagrado a vida. O Shogun era olhado pela população como um pai severo e bom, e o Micado como um taumaturgo padroeiro, compassivo e brando, em cuja influência divina contavam todos para obter entrada no céu. A Nobreza, abençoada e quieta, desfrutava em respeitável paz os prazeres do espírito adubados com as delícias coreográficas que lhe davam

entre sorrisos as *maikos* e as *gueichas;* livre e ainda forte para gozar, já impotente e manietada para levantar desordens. O povo pelo seu lado tinha tudo o que lhe desejava o coração ainda simples: as suas festas civis e religiosas, os seus espetáculos e justas de lutadores, os seus arraiais e os seus fogos de artifício. As relações sociais e as regalias públicas eram, como as relações e as regalias dos poderes constituídos, metodicamente e pontualmente exercidas e observadas. Enfim — a nação era feliz.

Durante esse largo período de bem-aventurança, as várias tentativas de quebrar o isolamento japonês, empreendidas pelos ingleses, pelos espanhóis e pelos russos, abortaram completamente. A disposição geográfica do terreno e as especiais condições meteorológicas do clima e da latitude eram vigilantes cúmplices do Tokugawa no seu apertado código das "Cem Leis"; eram a melhor garantia da estreita reclusão em que desejavam viver os donos do país, caprichoso arquipélago armado com mais de três mil e oitocentas ilhas perigosas, de costas escudadas por tufões e ciclones infernais. Qual seria o louco aventureiro que entestasse contra tais sinistros para ir lá dentro, em terra firme, dar talvez, por entre homens, com ainda mais duros rochedos e mais ferozes tempestades? Assim pois, o decreto de Iyemitsu, fechando positivamente o Japão em 1625 a todo e qualquer ocidental, depois de expelir, à exceção dos ostráceos holandeses, os poucos que lá restavam, não se via uma só vez desacatado até a revoltante chegada dos americanos. E seja dito de passagem que, no modo de fazer respeitar essa lei, o Japonês foi sempre, assevera-o Georges Bousquet, tão lógico e firme quanto cortês e humano. Por ocasião de qualquer daquelas investidas européias, negou-se ele com boas razões e boas maneiras a franquear a pátria, sem jamais empregar inúteis violências; desde todavia que a pretensão saltava para o terreno da arrogância, como sucedeu com a Rússia, o Japonês arrancava da espada e não a recolhia de novo à bainha enquanto o perturbador da paz do seu Estado não desarvorasse das águas territoriais. O Tokugawa porém, dois séculos antes, não contara com a descoberta da aplicação do vapor que, no começo do nosso, veio neutralizar as defesas naturais do seu país, transformando os oceanos, de abismos isoladores que

eram, em laços de união entre todos os continentes do velho e do novo mundo. Com o vapor ao serviço da avidez, podiam os modernos fenícios abordar às costas japonesas e, sem risco de avaria, insinuar-se por entre esses sirtes e recifes com que contava Ieiás para guardar a sua frágil e humana obra contra as danosas ambições do resto do mundo cobiçoso, fechando-a naquela natural custódia que lhe parecia invulnerável por ser feitura das mãos de Deus.

Ora, a América do Norte em 1852 sonhava com uma nova e grande linha marítima que unisse pelo Oceano Pacífico a Califórnia à China, fazendo escala pelo Japão, e por isso queria que lhe franqueasse este, ao norte o porto de Hakodate em Yezo, e a leste o de Chimoda em Izo. Era esta a razão ostensiva e oficialmente declarada, mas a oculta e talvez mais palpitante, não passava da mesma que várias vezes movera as outras nações ocidentais a pôr, não os pés, mas as garras no Extremo Oriente; quer dizer: era, nada mais, nada menos, do que a curiosidade de verificar se no misterioso arquipélago havia de fato muitas riquezas, como constava; e, caso houvesse, fazer de conta que elas não tinham dono.

Bem sei que os europeus e norte-americanos, naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que aqui vou narrando; dizem todos os autores, pelo menos os meus conhecidos, que a revolução existia em estado latente no Império Japonês e que a chegada do Comodoro Perry nada mais fizera do que precipitar-lhe os efeitos.

E preciso muito má fé, ou não, ter sequer cheirado as crônicas japonesas, para sustentar semelhante falsidade histórica! nem sei como não afirmam logo que o pobre Japão se achava em viva guerra de extermínio e que eles, americanos, lá foram, impelidos pelos próprios sentimentos de humanidade. Seria desse modo a burla mais engenhosa e mais completa.

O país nunca tivera época de tão inteira paz e nunca vivera tão despreocupado de lutas. Esta é que é a verdade! Como se deram os sucessos vou eu dizê-lo francamente, porque entre o assaltante atrevido e a vítima sacrificada, claro está que me coloco ao lado desta.

Eis o caso. Não sendo o Comodoro Perry atendido na primeira vez, ameaçou que voltaria para o ano seguinte e que empregaria a força se as suas reclamações fossem de novo rejeitadas.

Pode-se facilmente calcular o efeito produzido por tal audácia no espírito desse povo, que para mais de dois séculos vivia tranqüilo e feliz, fechado no seu canto, sem nada pedir a ninguém, nem de ninguém precisar, tão indiferente e alheio ao resto do mundo que ignorava até que se houvesse descoberto do outro lado deste a navegação a vapor. O efeito foi fulminante; uma profunda perturbação logo abalou o país inteiro. A nação dividiu-se em dois partidos; um pequeno e tímido, outro enorme e forte; o dos curiosos, dos comodistas ou medrosos, que eram pela admissão dos estrangeiros; e o dos nativistas radicais, que clamavam energicamente a favor da repulsão pelas armas. Este último partido compreendia a nação quase inteira.

O Shogun hesitava, e compreende-se a sua hesitação, porque é fácil de compreender a responsabilidade; a resistência, sem visos de bom êxito, iria pôr de novo em pé de guerra, e logo de intriga e de ambição política, os daimos que administravam agora tranqüilamente os principados, e iria acordar nos samurais o instinto brigalhão e turbulento a tanto custo, e com tanto sacrifício de sangue, reprimido pelo fundador da sua dinastia; mas, por outro lado, se o mensageiro Americano fosse admitido e conseguisse do governo japonês tratados de paz, comércio e amizade; com o do seu país, não seria isto igualmente, por modos diversos, a destruição completa da obra de Ieiás, cuja garantia única de estabilidade tinha os seus alicerces no mais completo isolamento? Sem contar que, o fato de se não chamar oficialmente a nação às armas não queria dizer que ela se não levantasse amotinada e a guerra civil não rebentasse do mesmo modo e produzindo as mesmas funestas conseqüências.

Entretanto, o Shogun Yeçada no seu enleio descobria uma tangente para escapar ao dilema, era a contemporização, a meia promessa que não dá nada e ganha tempo na expectativa de uma solução aceitável. Foi a esse farrapo de esperança que se agarrou o desgraçado.

E já sobre a hesitação deste começavam os príncipes do sul a fazer carga política, quando o mais inesperado dos fatos veio decidir tudo e precipitar os acontecimentos: o hipotético Imperador, com quem ninguém contava, esqueceu-se de que o seu destino era ser o fantasma n.º 121 e rezar para aí de gatinhas defronte do espelho até que os céus para si de feita o arrebatassem, tira-se dos seus cuidados, interrompe os seus mistérios e intervém diretamente no Governo do país, pronunciando-se com firmeza sobre a endiabrada questão.

Era a primeira vez que tal coisa sucedia desde que os Tokugawas tinham hereditariamente a posse do poder executivo. E o fato, posto que extraordinário, vinha tão a propósito naquele momento, também único e muito angustioso para a vida nacional, que ninguém, a não ser o Shogun, pareceu estranhá-lo.

Espalhou-se logo no ambiente um profilático aroma de milagres. Sim! o filho dos altos deuses descia pelo seu pé à terra vil dos homens; a palavra inspirada baixava, como a luz dos astros, lá das místicas alturas, para vir inspirar o povo querido do peito de Amateras; e essa palavra bendita fazia estremecer a multidão como se fosse a voz de uma alma do outro mundo.

A boca do santo falou e disse

É preciso, quando esses bárbaros tornarem cá, varrê-los para longe, como se varre a poeira com a vassoura. O súdito que proceder de outro modo ofende a vontade do meu coração.

Esta simples ordem do divino fantasma de Kioto fez vibrar, com um arrepio aceso, a alma de todo aquele bom povo, que nesse tempo era ainda, como o foi até aos últimos instantes da revolução, ingênuo e casto. Àquelas poucas palavras do Imperador dissolveu-se logo por encanto a pequena facção política favorável aos estrangeiros. Mas o Shogun, em cujo espírito a indecisão cedera afinal abrindo pelo lado da impossibilidade da resistência, expediu imediatamente um poderoso emissário para junto da Corte Imperial, Hayachi, príncipe de sangue, que aliás não foi sequer atendido pelo Imperador; mandou um segundo, na

aparência decisivo pelo seu grande prestígio naquela Corte, da qual havia sido já o mais belo ornamento, Hotta Bishu, que apesar de tudo porém, não conseguiu melhor resultado; então o Shogun correu em pessoa para lá. Era também a primeira vez que um Tokugawa ia ao lado do Trono curvar o joelho antes de decidir sobre os negócios do Estado. Definitivamente uma das conchas da balança política começava a pesar mais e a descer, procurando equilibrar-se com a outra. A posição do Imperador tinha sido até aí a mais alçada justamente por ser a mais leve.

O Shogun expôs ao Micado a verdadeira situação do país e falou-lhe com franqueza; mostrou-lhe o perigo interno de armar os mais poderosos príncipes e disse-lhe quais eram as probabilidades negativas da resistência. Os americanos viriam fortes, e atrás deles estava a Europa inteira, a espreitar a situação, esperando o resultado da empresa para dela tirar partido!

— É preciso varrê-los! exclamou sinteticamente o Monarca.

— O melhor, insistiu o outro, seria aceitar uma conferência com Perry, fazer cara alegre e, por meios hábeis, com boa diplomacia, tratar de mistificá-lo, prometendo pouco e não dando nada...

— Isso é um paliativo que a ninguém aproveita!

— Mas que ganha tempo, durante o qual nos prepararíamos para a resistência e para a vitória neste momento impossíveis.

— Não engoliriam semelhante isca!

- Os ocidentais não conhecem absolutamente o mecanismo político do Japão... nem sequer sabem ao certo qual é o verdadeiro chefe do Estado; seria fácil por conseguinte engodá-los durante muito tempo, sem nada lhes ceder de positivo.

— Mas cedendo sempre...

— Cedendo sombras de concessões... Que pode valer um simulacro de tratado, sem a assinatura do Imperador, e que...

Yeçada não conseguiu concluir a frase, porque Komei, ouvindo falar em tratado com os estrangeiros, teve um terrível assomo de cólera e bradou, com os lábios trêmulos e os olhos apopléticos:

— Um tratado?! Nunca! E preciso varrê-los! Se o Shogun, que é o Comandante das Forças, desobedecendo as minhas ordens, não der quanto antes providências para repelir os bárbaros, eu próprio chamarei às armas os príncipes japoneses e irei em pessoa comandá-los!

Pobre Imperador! Tarde voltava ele à vida. Estremunhava agora como a Bela adormecida no bosque, e com a agravante de que não levara apenas um século a dormir. As suas intenções eram as melhores, a sua vontade enérgica e leal, o seu patriotismo legítimo e puro; mas a complicada rede de fórmulas e etiquetas, que em volta do arbítrio lhe teceram durante o sono gerações inteiras de áulicas aranhas manhosas, torcia-lhe o gesto e quebrava-lhe a ação. Nenhuma das suas ordens foi cumprida, posto não deixasse nenhuma de ser acatada com a máxima reverência; as Cortes, os Ministros, os Daimos, ninguém, como o próprio Shogun; zombava dele, isso não! mas delas zombavam todos; ninguém o contradizia, cada qual porém, a dizer que sim, ia fazendo o que melhor lhe convinha, contemporizando, iludindo os decretos, e dando tempo a que a situação por si mesma abrisse brecha para qualquer lance decisivo ou para qualquer escapada.

O Shogun ainda hesitou, ainda roeu as unhas durante alguns dias, mas, percebendo que os insofridos príncipes do sul já por conta própria se proviam para a guerra, chamou a nação às armas, dando aos daimos liberdade de levantar exército e construir navios de combate. E o país inteiro, ao grito de "Morram os Bárbaros!" ferveu em apercebimentos vertiginosos para defesa do território. Principiaram febrilmente as obras de fortificação; construiu-se dentro de poucos meses o forte de Chinagawa, guarnecido logo com artilharia fabricada em Nagasaki, pelos aprendizes dos fundidores holandeses. Os

donativos choviam de todos os lados; o dinheiro desencadeou-se espontaneamente correu a rodo; o príncipe de Satsuma fez lançar n'água dois grandes navios de forma européia e ofereceu-os ao Estado; outros daimos o imitaram; o príncipe de Mito, então detido à ordem do Governo no seu próprio castelo desde 1841, por se ter, como intransigente nativista, contraposto ao forasteiro Budismo, foi absolvido e chamado para tomar o comando em chefe da defesa marítima do país. "Era este príncipe, diz a mais recente das crônicas japonesas, um homem de energia e coragem, com dois sentimentos únicos no coração — cego fanatismo pelo Imperador e ódio ainda mais pelos estrangeiros."

Yeçada, desiludido e sagaz, tinha para si, sem ânimo contudo de dizer palavra, que todo aquele apresto bélico ingenuamente improvisado pelo patriotismo, e todo aquele santo e brioso entusiasmo dos seus compatriotas nada valeriam contra o bombardeio de um só encouraçado moderno, cujas baterias de grande projeção e certeza de mira podiam de longe, fora do alcance de qualquer insulto, fazer à terra o dano que lhe aprouvesse; e em sobrecarga do seu desalento e da sua inconsolável tristeza, notou, sempre de si para si, que o pavilhão arvorado pelas novas milícias já não era o do leque de ouro encentrando as rosas malvas da casa dos Tokugawas, com o qual, depois de Ieiás, pelejaram sempre os japoneses; mas sim a bandeira branca de globo vermelho no centro, representando o sol oriental. Era já o pendão do Império que se levantava em desafronta da pátria comum. E viu nisto Yeçada um mau presságio para a sua dinastia.

Justo um ano depois da primeira investida, o Comodoro Perry, pela primavera de 1854, surgiu de novo nas águas japonesas, e agora com uma esquadra de oito vasos de guerra de alto bordo, duzentas bocas de fogo e quatro mil homens de abordagem. Era com estes argumentos diplomáticos que os Estados Unidos da América do Norte contavam entrar em relações de paz e amizade com o Shogun, única potência que os ocidentais conheciam no Japão e à qual davam o título de soberano.

A imponente esquadra bordejou orgulhosa todo o arquipélago, e foi fundear a leste em frente á barra de

Yokohama. O povo miúdo, cuja curiosidade era muito maior que o terror, corria às praias a contemplar boquiaberto aqueles estranhos monstros que invadiam as suas águas virgens de vapor, vomitando fumo negro e atroando os ares com ameaçadores berros de fera infernal e faminta; faminta ainda se não sabia de que. Afinal a cada ronco dos monstros, os indígenas quase nus saltavam a rir torciam-se em gargalhadas de prazer; alguns, concheando as mãos na boca, respondiam ao mugido feroz com um sibilante e zombeteiro silvo de garoto; e, enquanto o povinho se divertia com o caso, o Shogun, sem querer ferir de frente a vontade do Micado, que ao apontar da esquadra lhe dera aviso terminante de dispor as forças em ordem de batalha, e sem querer também produzir a irreparável ruína de sua pátria, assanhando os ograis monstros que rondavam para a devorar, reuniu conselho extraordinário e chamou em seu socorro parecer dos príncipes Gosankês e de outros de bom aviso; mas ninguém lhe valeu na aflição; uns, encolhendo os ombros, confessavam não encontrar saída para semelhante conjuntura outros entendiam que o melhor seria cumprir à risca a vontade suprema do Imperador, desse por onde desse, ainda mesmo com o sacrifício do país inteiro; e nenhum, ou por intransigente convicção ou pelo receio do estigma público, nem por sombras alvitrava a hipótese de travar acordo no que pretendiam os invasores. O Shogun, coitado! esse arfava cabisbaixo e tíbio, escondendo o rosto entre as duas mãos. Não sei se chorava.

Passam-se dias. Os americanos já não pedem, exigem, sob pena de começar o bombardeio, a resposta do memorandum que, em nome do Governo da República, enviaram por um oficial de patente superior á "Sua Majestade o Shogun do Japão". Marcam afinal um prazo de espera e, no dia precisamente em que terminava esse prazo fatal, Yeçada é encontrado morto, estendido de bruços sobre os degraus do seu trono shogunal.

Assassínio? suicídio? natural explosão do desespero? Ninguém o explica. Um romance japonês conta o episódio histórico muito dramaticamente e diz que o mísero sucumbiu estrangulado pela perplexidade.

Com este fato, resolveram os americanos suspender a intimação e esperar, de fogos apagados, que o Estado tivesse novo chefe.

Surge então à ribalta da história contemporânea do Japão a já anunciada figura de Ii Kammon no Kami, príncipe de Hikone, ao qual, na sua qualidade de primeiro ministro ou chefe de gabinete, competia tomar as rédeas do Governo até a sagração do novo Shogun. Ora, o sucessor de Yeçada, como já disse, era uma criança de doze anos, e o príncipe de Hikone trata logo de assumir a Regência do Shogunato, o que conseguiu, a despeito da forte oposição levantada por Mito e outros intransigentes daimos do sul.

Vai a situação mudar de aspecto. Ii Kammon dispunha de todas as qualidades políticas que faltavam ao seu perplexo antecessor, audácia, energia, resolução, astúcia e sangue frio; talento não sei se o tinha e espírito nativista posso afiançar que não. Inspirado de outro modo, esse homem de valor, havendo por si a nação inteira pronta a reagir com entusiasmo até a morte, pregaria uma boa peça aos americanos, que afinal poderiam sim arrasar o país de um extremo a outro, esmigalhá-lo, mas não poriam os pés lá dentro, ficando-lhes perante o resto do mundo a odiosa responsabilidade do vandalismo cometido. Era essa a vontade da Nação; vontade insustentável decerto para o futuro, mas sem dúvida reveladora do sábio instinto de uma raça que defende a sua hegemonia, a sua originalidade, o seu caráter nacional; como nos mostrara-o os fatos posteriores.

O primeiro ato público do Regente foi dar balanço às forças deixadas pelo falecido Shogun e logo providenciar para completá-las, formando um efetivo superior ao dos primeiros daimos. Ninguém se negou a ajudá-lo nesse empenho, todos convencidos de que Ii Kammon se fortificava para resistir aos estrangeiros, quando em verdade o fazia para impor à nação pelas armas o seu programa político. Depois, sem se preocupar absolutamente com a opinião do Micado, nem com a da Nobreza e ainda menos com a do povo, recebe em audiência privada o próprio Comodoro Perry, que o toma pelo verdadeiro Imperador do Japão e firma com ele um tratado, não provisório como queria o outro, mas decisivo,

e cedendo mais do que pretendia o Americano, pois além de Chimoda em Izo e Hakodate em Yezo, lhe abriu mão também do porto de Nagasaki a oeste de Kiuciu. Como complemento desta medida, envia, por conta própria, uma embaixada à América do Norte, a qual saiu do Japão sem o público dar por isso; em seguida por decreto concede a todo o súdito japonês o direito de afastar-se das águas territoriais do país e quanto quisesse e pelo tempo que lhe parecesse. Este golpe nas "Cem Leis" foi ostensivo e forte.

O povo, sempre agarrado às praias, vê com alegre surpresa a esquadra americana começar a dispersar-se, a esgalhar por todos os lados do Pacífico e afinal sumir-se no horizonte, sem fazer para a terra sequer um bocejo de fogo; respira, inteiramente estranho ao que vai pelos misteriosos bastidores sbogunais, e deveras maravilhado pela habilidade desse Regente, cujo governo se abre assim aos olhos aflitos do público por um tão lindo milagre político; mas os verdadeiros nativistas, a quem no seu vigilante amor da pátria sobressaltavam tristes pressentimentos, esses franzem o sobrolho e não participam da confiança geral.

Outras potências estrangeiras, que espreitavam de perto a solução da cartada americana; mal fariscaram o bom êxito da expedição, acudiram logo nas águas dos Estados Unidos e surgem por sua vez nas costas do requestado arquipélago. Ii Kammon recebe-as todas de braços abertos e sucessivamente vai assinando novos tratados com a Inglaterra, com a Rússia, com a Holanda e mais tarde com a França que foi então a última a apresentar-se, concedendo-lhes, além da abertura dos portos já franqueados à América do Norte, a de mais um que valia por dois, o de Kanagawa, a cuja alçada se prendia Yokohama ainda nesse tempo sem maior importância.

Às honras e zumbaias oficiais prestadas ao Regente por esses gratos expedicionários da Europa, respondeu como Imperador magnânimo, fazendo salvar as fortalezas e hasteando o pavilhão nacional. O povo via tudo isto intrigado, sem nada poder compreender do que se passava. E a bordo dos próprios navios estrangeiros lá seguiam em segredo novos embaixadores japoneses destacados para diversos pontos do Ocidente.

Não tardou a chegar ao Japão Townsend Harris, enviado pela República Norte Americana como ministro residente para acompanhar de perto o bom desempenho do tratado concluído entre os dois países. Só então foi que, alcançando os ouvidos do Imperador e caindo no domínio público a notícia dos atos arbitrários do Regente e até onde subira a sua audácia, rebentou o descontentamento da nação e transformaram-se em desespero febril a desconfiança e a ansiedade que às ocultas ardiam no ânimo dos nativistas.

Traição! Traição! bradavam de toda parte. E Mito, pondo-se à frente dos revoltados, decidiu tomar contas ao pérfido governante. Ii Kammon, bem provido de forças, recebeu-os à bala e golpes de bacamarte, mandando decapitar no próprio teatro da ação os que pôde apanhar com vida.

Era a guerra civil que recomeçava depois de dois séculos e meio, como previra Yeçada; e ela agora seria inevitável e terrível, porque acabava de abrir-se a divergência entre a Corte do Imperador e a do Shogun. Contra esta se levantavam já, ao exemplo de Mito, todos os príncipes do sul, e a seu favor acudiriam logo os do norte, fiéis à dinastia dos Tokugawas que do norte provinha.

Ii Kammon, homem de ação por excelência e disposto a não partilhar o poder com quem quer que fosse, trata antes de mais nada de pôr Mito fora de combate e descobre meios de responsabilizá-lo como conspirador contra o Shogunato, cuja soberania devia ser por princípio fundamental do Império reconhecida e respeitada pelos daimos sob sua alçada. Para documentar a acusação obtém com muita astúcia e audácia da entibiada Corte do Micado a correspondência secreta dos príncipes do sul, feita ainda em tempo do seu frouxo antecessor; publica-a lardeada de negros comentários e acompanhada das mais injuriosas censuras, e acaba condenando Mito ao exílio perpétuo e os fidalgos de sua casa ao completo afastamento dos negócios públicos.

Depois, receoso de uma provável coligação sulana contra o seu predomínio, arroja-se incontinenti em fúria desabrida sobre os príncipes de Tosa, de Tozamma e de Uwajima e sobre os quatro daimos de Sikok, que eram os mais vivos

correligionários de Mito e os mais intransigentes inimigos da expansão internacional; bate-os a todos, consegue fazê-los prisioneiros; manda executar na praça pública o intrépido Tatewahi com a centena de cúmplices do seu heróico nativismo, e passa pelas armas uma multidão de samurais e homens do povo.

Não se sentindo ainda bem seguro do perigo, ordena, como medida preventiva, a captura, com arresto de armas, dos príncipes de Owari, de Gazen e de Echizen, todos três membros da Casa Imperial e os quais até aí não se tinham absolutamente pronunciado a respeito dos atos do Governo.

Era demais! Um grupo de roninos, dezessete apenas, afiam as adagas, cobrem o corpo com um capucho de palha espetadiça à moda dos kulis do campo, e atiram-se firmes para Yedo. Escondem-se às portas de Sakurada, aguardando a passagem do déspota, que tem essa manhã de atravessar por aí para chegar ao inexpugnável chiro dos shoguns.

Esperam mais de três horas. Tempo nevoado e frio apesar de estarem já a 23 de março desse ano famoso na história do Japão, 1860. Afinal surge o lobo no seu palanquim de charão dourado, ao meio de uma refulgente escolta em que as galas brilham tanto quanto as armas. Saem-lhe os roninos pela frente e, fazendo da capa escudo, às cutiladas se atiram sobre eles. Desfeito o séquito, despedaçam a liteira e arrancam pelas pernas Ii Kammon, a quem cortam a cabeça, para ir no mesmo instante levá-la ao chefe dos nativistas.

O príncipe de Mito, rejubilando com a dádiva sangrenta, manda expô-la na ponte mais concorrida da capital com o seguinte letreiro, estampado em letras vermelhas sobre uma pele de hiena:

"Esta é a cabeça de um traidor, que violou as santas leis do Japão admitindo estrangeiros na pátria."

Os assassinos, seguindo a usança nobre entre os japoneses do tempo, foram solicitar da justiça a pena capita] que lhes cabia, apresentando por escrito as razões morais que os

levaram a cometer o atentado. O memorial, depois de expor todos os atos reprováveis da vida pública do Regente, concluía assim:

"Esse monstro em suma, por medo ou por espírito de perfídia, e a pretexto de necessidade política, firmou com os bárbaros tratados feitos clandestinamente, contra a vontade do Imperador e contra a vontade do povo japonês; crimes tais que não encontram perdão nos deuses, nem nos homens. E nós pois, representantes da cólera nacional, deliberamos castigar o grande culpado com a morte, dando a nossa vida em holocausto à felicidade da pátria."

Um grupo de oito samurais de Ii Kammon, fiéis à memória do chefe, juraram sobre o seu cadáver ainda quente que em breve, para vingá-lo, poriam as mão sobre o príncipe de Mito.

4.º Capitulo

Eliminaram Ii Kammon, mas o grande fato estava consumado, bem ou mal os tratados concluídos, e o Japão aberto aos estrangeiros.

Em breve, à semelhança da América do Norte, os Estados europeus entravam de mandar os seus representantes diplomáticos, e atrás destes surgiam logo, de focinho arregaçado e palpitante, os primeiros furões comercias, os farejadores de negócios virgens de exploração, os avançados de Ashaverus que aí já vinha se arrastando azafamado de saco vazio às costas; enquanto do arquipélago muitos indígenas curiosos, estalando por gosto o ocidental fruto até aí proibido pelas "Cem Leis", muniam-se de ouro e tomavam as pressas o primeiro barco a sair para a China, com medo de que, uma vez morto o Regente, não fosse de novo trancada a autorização de viajar pelo estrangeiro. Esta leva tão espontânea, quase toda de gente moça e rica, na melhor parte inteligente e ávida de aprender coisas novas; haveria no futuro de influir também nos acontecimentos políticos do país.

Quanto ao que neste ia por dentro, agora a grande questão pública era apurar se valiam ou não valiam os tratados apenas com a assinatura do Shogun. O Imperador abanava as mãos e sacudia os ombros, declarando a quem lhe ia falar em credenciais e *exequatur* que não lhe constava haver nenhum compromisso formal entre o seu império e qualquer Potência estrangeira; e que de sua parte evidenciassem ao novo Regente a necessidade de desenganar semelhantes importunos antes de ser preciso lançar mão dos meios extremos. Ao mesmo tempo decreta a retirada de todo o forasteiro que se ache no território sem clara e positiva autorização do Micado, e delega a Mito essa incumbência, repetindo-lhe numa carta escrita de seu próprio punho, a frase da vassoura e da poeira com que ele havia ressuscitado do outro mundo para acudir ao momento crítico.

Visionário! Agora já não era uma simples esquadra que flutuava nas águas japonesas, era uma formidável armada constituída pelo contingente marítimo das principais potências do mundo. Dir-se-ia um congresso universal nas costas do Japão, porque, além das bandeiras que de tão longe vinham por defender os seus tratados, outras novas iam chegando desejosas de entrar também em fala com a sedutora esfinge do Extremo Oriente.

E os radicais elementos patrióticos do altaneiro Sul coração do Império, sequiosos por descarregar em alguém ou alguma coisa a raiva de cruel despeito em que ardiam, nada podendo fazer contra o verdadeiro objeto do seu impotente desespero, voltaram-se contra a instituição a que pertencera o causador de tio irreparável desastre nacional; tomando porém o Shogunato para alvo dos golpes que precisavam descarregar, forçoso era opor-lhe em campo de combate a bandeira de outro poder, pelo qual se batessem e pelo qual, no momento da vitória, substituíssem o do vencido, resolveram então, depois de muito bem discutir o caso, adotar o unitarismo do Trono como ideal político. Mito, consultado, aplaudiu-os e deu-lhes de conselho que procurassem pôr à sua frente os príncipes do extremo sul.

Foi desse modo que se formou, para logo se desenvolver maravilhosamente, o partido popular do Imperador, coisa

que até aí nunca tinha existido no movimento político do país. Ora, como o pobre Soberano, no seu empírico patriotismo, punha antes de tudo a preocupação de expulsar os estrangeiros, o novo partido, por cair-lhe em graça, fez o seu lema com o grito de guerra "Honra ao Micado! Fora os bárbaros!", apesar de compreender perfeitamente a impossibilidade de levar a efeito nessa ocasião tão adorado sonho.

Assim pois vinha à luz o partido do Imperador já com um plano de mistificação urdido contra o seu próprio chefe, disposto a servir-se da mesma maromba que caíra das mãos fracas de Yeçada e que servira Ii Kammon para equilibrar os seus primeiros passos no governo, pois como esses iria dizendo ao Micado que se constituía e fortificava só com o fim de bater os estrangeiros, quando a sua real intenção era, pelo menos antes de cuidar doutra coisa, combater o Shogunato.

Os daimos do sul, ligando-se a esse elemento popular, não calculavam o alcance que contra eles próprios poderia ter a campanha empreendida, não previam que a unificação do poder do trono iria absorver também o dos principados; e contavam ingenuamente que, abolido o Shogunato, o Império voltaria sem dúvida ao regime feudal de antes de Yoritomo, quando os príncipes governavam ao lado do Imperador e não estavam sujeitos i alçada do Shogun. Quanto ao que pensava a Nobreza e Povo com respeito aos estrangeiros, era opinião corrente que qualquer ação decisiva seria impossível contra eles enquanto existissem a Corte e as forças shogunais para defendê-los dentro do país, desde porém que o Imperador concentrasse na mão todo o poder e comandasse diretamente os daimos, claro estava que a questão seria prontamente resolvida.

Eis aqui em que estado se achava o país nas vésperas da sua grande revolução. A terrível guerra civil que se ia abrir, isto é, a luta de parte dos príncipes e parte do povo contra a instituição do Shogunato ou contra a dinastia dos Tokugawas, era pois conseqüência direta dos atos de Ii Kammon e não tinham raízes em nenhum fator político precedente à chegada do Comodoro Perry, como pretendem os ocidentais nos seus livros sobre o Japão.

Alçando-se o partido do Imperador até a esfera dos príncipes do sul, que eram muito unidos e poderosos, converteu-se em força disciplinada capaz de fazer frente à do Shogun, contra a qual ninguém até aí se atreveria a levantar o braço. Para ter o leitor idéia justa da importância dessa campanha, convém lembrar-lhe quão extensa permanecia então a autoridade shogunal. Além das suas inveteradíssimas tradições, mantidas por enorme família e filtradas durante dois séculos e meio ininterruptamente até os íntimos refolhos da alma da nação, era mais que considerável a força material de que dispunha, graças à maravilhosa posição por Ieiás escolhida para sede do seu poder. O grande homem havia, nem só aproveitado admiravelmente as condições topográficas do Império, como a dos elementos militares que encontrou disseminados por todas as províncias, cujos castelos fortificados se acharam sempre nas mãos de príncipes por muitos laços jungidos à família Tokugawa e à instituição agora ameaçada. A zona Tokugawal propriamente dita era a enorme bacia de Kuanto na parte leste da grande ilha central do Japão, compreendendo oito províncias cercadas de montanhas abruptas que lhes serviam de natural defesa, com os seus despenhadeiros inacessíveis, não deixando ao inimigo outro ponto estratégico mais que a cidade de Hokone na província de Izo, entre as duas bacias de Suruga e de Sagami, lugar este precisamente onde Ieiás estabelecera as barreiras dos seus vastos domínios territoriais e em que lhe era fácil verificar uma a uma as pessoas que neles penetravam. Nessas oito províncias de Kuanto residiam os oitenta mil hattamotos, vassalos diretos dos Tokugawas, os quais por sua vez, como nobres, tinham nos samurais inferiores os seus vassalos próprios. Toda essa gente se levantaria em massa ao primeiro apelo do chefe suserano.

Yedo, capital do Shogun e centro das suas operações militares, está no fundo de um golfo, cuja boca estreita era defendida de um dos lados pela fortaleza de Futsu e do outro pela de Kannonzaki, e tinha como tem, as costas guardadas por uma anfractuosa cordilheira de montanhas que só dão uma garganta praticável, a de Akonê. Em volta, para além das penedias e quebradas, todos os príncipes fortificados, menos o de Mito em Hitachi e Chimoosa, eram simpáticos à causa dos Tokugawas; e para o norte até

Hakodate em Yezo, e para o sudoeste, e na ilha de Sikok, até certo ponto da ilha de Kiuciu ao sul, não havia um daimo inimigo dela, podendo por conseguinte as forças do Shogun moverem-se por toda a parte, certas de que só poderiam encontrar auxílio e proteção. Os únicos pontos do Império que escaparam à imensa rede estendida por Ieiás eram, além de Hitachi e Chimoosa a noroeste, o extremo sul da ilha de Kiuciu, onde se acham as províncias de Ocumi e Satzuma, e o extremo oeste de Hondo em que existe a de Nagato. E foi precisamente destes pontos que rebentou a guerra.

Havia assumido a regência do Shogunato Ando Tsusima, como ministro sucessivo do príncipe de Hikone. É um comparsa sem feitio próprio, com quem não vale a pena gastar muitas palavras em descrevê-lo; sumir-se-á daqui a pouco nos bastidores, substituído pelo dono legítimo do papel, Iyemochi, que reclama o seu cargo e entra a exercê-lo antes mesmo da maioridade comum, no Japão fixada aos vinte anos; comum, disse eu, porque a dos membros da família imperial é privilegiadamente contada dos dezoito anos em diante, e a dos príncipes Tokugawas era a partir dos quinze.

Como esperavam todos, Ando Tsusima, galgando o poder, declarou logo sustentar os atos e a norma política do seu antecessor, mas ao mesmo tempo, para fazer crer que não persistiam divergências entre o Shogunato e o trono micadoal, abriu mão do príncipe de Mito, a quem Ii Kammon havia condenado ao exílio perpétuo e a quem o Imperador agora por último delegava a expulsão dos estrangeiros; e faz melhor: consegue a aliança do seu jovem chefe Iyemochi com uma princesa ainda mais jovem, irmã legitima do Micado; pomposo casamento que se realizou em 15 de dezembro de 1860.

Nada disto porém impediu que continuasse cavado o abismo entre as duas Cortes, como não impediu que se desse, para mais agravá-lo, o seguinte revoltante fato: precisando Mito recompor uma parte desmantelada das trincheiras do seu castelo e estando com toda a gente ocupada, mandou chamar de fora alguns pedreiros; apresentaram-se oito sujeitos com o traje característico daquele ofício e armados de picaretas, martelos e

alavancas (no Japão cada artífice trazia sempre o seu uniforme próprio). Confiou-lhes o príncipe o trabalho e foi em pessoa mostrar o que havia de fazer. Os oito operários desceram com ele ao fundo das fortificações e lá, vibrando as ferramentas que levavam, o trucidaram e mais a dois pajens que o acompanhavam. Aos gritos destes últimos, acudiram as sentinelas, mas antes já os assassinos tinham galgado os fossos e mergulhado nas valas sem deixar rastros de si. Eram os oito samurais que em Yedo sobre o cadáver de Ii Kammon haviam jurado vingar-lhe a morte.

Semelhante crime, tão vil e traiçoeiro, tão contrário aos usos cavaleirescos do japonês do tempo, achou enorme repercussão na alma generosa do povo, a quem sem dúvida não desagradava um homem que só tinha coração para amar o seu imperador e odiar os estrangeiros; pelo menos todas as classes armadas, até mesmo as hostes do Shogun, viam em Mito a legítima e briosa expressão do velho sentimento nacional. A nódoa daquela covardia chegou para todos os samurais que foram de Ii Kammon; alguns rasgaram o ventre sentindo-se desonrados; e, sabendo-se que Iyemochi ao ouvir falar do monstruoso crime, tivera um mau sorriso e nenhuma providência dera para castigar os criminosos, nobreza e povo começaram a ver nele um Tokugawa degenerado e um dinasta perverso, apesar da sua extrema juventude e natural donaire que o faziam simpático aos olhos da nação. O Imperador, desde esse fato, começou a desdenhá-lo.

Com a morte do seu idolatrado chefe, os nativistas de Hitachi e Chimoosa sentem-se desamparados, ali tão cerca de Yedo, valhacoito do estrangeirismo, e tão longe do extremo sul, onde palpitava o coração da pátria. O sucessor natural de Mito era uma criança e no horizonte político da nação não havia ainda então apontado o vulto juvenil e petulante de Mori Daízen, príncipe de Nagato, parente do assassinado, e que foi quem o secundou no ardor da convicção e na audácia franca de sustentá-lo pelas armas.

À falta de sinceridade e firmeza nos chefes nativistas, ganhava terreno a causa dos estrangeiros, fortalecida agora pela veemência do novo Shogun; herdeiro de muito ódio e muita sede de vingança contra os inimigos da sua

dinastia. Mas, enquanto com mil disfarces, e às pressas se levantavam em Yedo, no Coten Yama, terreno de propriedade particular dos Tokugawas, os edifícios destinados às legações ocidentais, ia minando o pais nas mais fundas camadas até aí indiferentes à agitação política, um surdo mal estar, uma angustiosa desesperança no futuro, um desses perigosos descontentamentos do povo, que são já principio de raiva e revolta contra os que governam. Entretanto, nem uma só parcela de tal repugnância pública visava a pessoa do Micado, porque o pobre povo, na sua instintiva vidência, compreendia, adivinhava, que contra os invasores da pátria, só havia agora em campo duas vontades sinceras — a dele próprio e a do Imperador, dois utopistas, dois ignorantes da vida nova, dois ludibriados pelas ambições dos outros, desses outros que só faziam política de intriga, tratando cada qual do seu particular interesse. O Shogun, a Corte Shogunal, a Corte Imperial, os príncipes do Sul, os príncipes do Norte, todos disputavam entre si o maior quinhão de domínio público sem cogitar nenhum deles da ferida que fazia gemer a pátria apunhalada.

Mas esse contínuo gemido sem socorro pode transformar-se em uivo de tempestade feroz; aquele surdo e recalcado desespero pode de súbito fazer-se aspiração nacional e rebentar com fúria, devorando todos os poderes constituídos para só deixar firme e de pé as duas expressões sinceras da nação — O Micado e o povo. Foi isto o que não souberam ver, o Shogun, nem os senhores feudais, nem a Corte do Imperador, nem o seu próprio partido. É fácil enganar diplomatas estrangeiros, mal conhecedores do verdadeiro mecanismo político do país que os engana; é fácil mistificar um monarca espiritual, sofismar-lhe as ordens e torcer-lhe a vontade ao sabor dos ministros que ele supõe governar; mas iludir um povo ferido no seu patriotismo, isso deixa de ser difícil para ser impossível e só pode ter conseqüências desastrosas para o temerário que o surpreender. E foi isso justamente o que aconteceu. Muitos soldados começam logo a abandonar entristecidos os seus nobres chefes, a quem de corpo e alma obedeciam, para se incorporarem à ventura, sem patentes nem garantias, aos grupos sediciosos que se vão formando entre os samurais do sul e os roninos de todo o Império. O recente partido do Imperador estala em

pedaços, e cada cisão é mais uma nuvem sinistra que vai bandear-se com a tempestade iminente. Em breve de Hitachi e Chimoosa, as duas províncias viúvas do único príncipe com que contava o povo, surgem multidões armadas que chegam até às portas da capital do Imperador, soltando o mesmo grito de guerra do partido despedaçado, mas agora não como simples embuste para agradar ao chefe e sim fazendo dele o sincero programa do seu ideal político. "Honra ao Micado! Fora os bárbaros!" é agora um ardente grito d'alma e há de ecoar por todos os recantos do país até a explosão da mina.

E começam os saques e as pilhagens, porque toda essa gente que grita, de mãos arrancadas para o céu e olhos desvairados pelo ódio, já não trabalha nem ganha com que comer. O terror invade os campos abundantes e os centros populosos por onde voa essa multidão devastadora, mas ninguém, por medo ou espontânea cumplicidade, não se atreve a denunciar um deles. E das mãos do lavrador e do operário arrancam as ferramentas para as transformar em armas de combate.

Todavia, essa gente, que os alheios historiadores do Japão tratam com tão negro e desabrido rancor; essa gente que exerce a pilhagem para não morrer de fome, nada mais quer do que a deixem morrer gloriosamente defendendo a pátria ferida e sem socorro, a tenda em que vivem honrada e feliz e que agora, tão mesquinha! parece abandonada dos seus divinos príncipes e dos seus humanos deuses. Essa alucinada farândola, que lá vai, legião de espectros! — a correr, uivando através dos campos e das cidades, de província em província, de castelo em castelo, anda doida, como seu Imperador, à procura de uma espada que a conduza contra os malditos abutres que lhe invadem o ninho paterno. É morto porém o grande Mito, o homem que partiu o coração em duas conchas, para encher uma de amor nativo e com ela dar de beber à sua raça, e a outra de ódio envenenado reservada às que viessem lá de fora banquetear-se no inviolável e sagrado arquipélago de Amateras; é morto o grande Mito, e os príncipes que aí restam de pé, nem parecem descenderem dos preclaros daimos dos tempos heróicos — Satzuma negou-se a comandar o bando desamparado; negaram-se outros; negaram-se todos.

Então, como as primeiras bolhas de uma efervescência subterrânea, irrompem por aqui e por ali, em plena rua das duas capitais e das cidades imediatas, represálias cruéis já ensopadas em sangue: no dia 14 de janeiro de 1862 assassinam em Yedo a golpes de machado o Secretário da Legação norte-americana, Heusken, então interinamente encarregado de negócios, e que acabava de representar papel saliente nas pretensões internacionais do seu país; em 15 de julho do mesmo ano, o templo cedido pelo Shogun à Inglaterra para ai fazer funcionar provisoriamente a sua Legação, é atacado durante a noite e são estranguladas as duas sentinelas inglesas que o guardavam e detruídos todos os móveis, escudo d'armas, bandeiras, livros e papéis que havia dentro; em seguida é uma tentativa de morte contra Ando Tsusima, que escapou gravemente ferido e inutilizado para o resto da vida, tendo de abandonar por vez o Governo no qual persistia em atividade como ajudante d'ordens de Iyemochi; depois foi uma descarga de arcabuzes contra um grupo de cinco estrangeiros que passeavam no Tokaido e o assassínio do inglês Richardson; logo adiante o incêndio da nova Legação da Inglaterra, cujo edifício se acabava de construir no parque de Goten Yama em Kioto; e outros, e outros desforços se sucederam, e outros e outros terão de vir, e as provocações por parte dos nacionais se irão multiplicando cada vez mais cruas e destemidas. O bando impetuoso avulta e enrobustece de dia para dia; já não é a humilde farândola que suplicava um braço armado, é agora um indômito vulcão que rola de norte a sul, de leste a oeste, deixando atrás de si o arquipélago aceso na cólera por ele desencadeada; é um baluarte ambulante que à nação inteira se impõe pelo desespero da causa que o agita; é uma força tempestuosa, desordenada e cega, que depois de varrer a necrópole dos Tokugawa em Nikko, decepando as centenas de ídolos de granito celebrados dos shoguns passados, vai à Corte Imperial tomar-lhe contas pela infame lentidão e covarde cautela que estão pondo seus membros em cumprir as ordens do Chefe do Estado, e vai depois ao castelo do próprio Imperador para pedir-lhe que se não deixe ludibriar por mais tempo, que abandone a sua túnica celestial, envergue as armas dos seus antepassados de antes de Yoritomo e venha cá fora à rua, entre o seu povo, repelir à frente dele os bárbaros atrevidos.

O soberano não aceitou o alvitre, mas atendeu comovido aos que reclamavam; chegou a mandar, contra todas as fórmulas da etiqueta micadoal, descer as portas do chiro, abrir as portas do sagrado recinto e mostrar-se à multidão, envolto espectralmente da cabeça aos pés, num enorme véu todo negro, que lhe não deixava transparecer o menor vislumbre das suas formas de homem.

A multidão prosternou-se com um gemido de súplica, emborcando por terra, braços estendidos, rosto colado ao chão. E aquela imóvel sombra divina, daquele mistério todo negro, uma voz saiu e ressoou, amiga e humana, no meio do religioso silêncio, como um balbuciar de bênçãos enviadas pelo céu. A boca do santo falou pela segunda vez, para dizer:

- O espírito dos meus avós penetrou vossas entranhas e é convosco! A vossa vontade é a vontade do meu coração, e ela se fará verdade, se os Deuses a quem pertenço me não tomarem antes para junto de nossa mãe formosa e cheia de luz. Em nome de Amateras vos digo que tomeis ao vosso lar pelo caminho da satisfação: vou remeter ao Shogun ordem terminante para repelir os bárbaros. Ide vós, e que os olhos de Izananmi vos acompanhem pela estrada!

Cerrou-se o reposteiro do santuário e desapareceu o divino espectro. A multidão ergueu-se com um suspiro de consolo, e foi feliz e reconfortada de esperança que retirou do sagrado reduto, bradando o seu grito de guerra contra os estrangeiros e em honra do Micado.

Este, cumprindo o que acabava de prometer, expediu logo ao Shogun por cinco kugês uma ordem escrita de seu próprio punho, na qual, descobrindo-se de novo, fazia já sentir bem ao vivo a sua ascendência monárquica. Os emissários partiram a galope para Yedo e o bando de nativistas atirou-se a correr na mesma direção.

Eis o que dizia a carta do Imperador:

Desde a primeira vinda dos tais americanos, Eu Micado, dei ordem para varrê-los do meu Império. Não fui atendido. Meu coração vive agitado dia e noite, porque até hoje nada

se decidiu com respeito à expulsão dos bárbaros. Entre as forças regulares do Estado e as forças vivas da Nação não existe a menor coerência; de sorte que, em vez de guerra com o inimigo exterior por mim determinada, é a guerra civil que ameaça agora devorar e país. Para evitar esta tão grande calamidade e outras que depois ainda sobrevenham, pois a desgraça é má e medrosa e nunca se apresenta desacompanhada, recomendo ao Shogun que delibere positivamente sobre a expulsão dos invasores, e leve quanto antes esta minha irrevogável ordem ao conhecimento de todos os príncipes fortes do Império. O Shogun, na qualidade de Comandante em Chefe dessas forças, há de achar meios estratégicos de pôr em execução as minhas ordens. Tal é o seu dever e tal é a minha vontade de Imperador.

"Vigésimo oitavo dia do quinto mês" *(25* de junho de 1862).

Os nativistas não tardaram a surgir em Yedo, reclamando a execução da ordem imperial e declarando ao Shogun que se achavam prontos a expulsar os bárbaros, se lhes desse ele elementos para a luta. Por única resposta, Iyemochi, que se havia prevenido, mandou destroçá-los pelos seus oitenta mil hattamotos.

Seguiu-se uma infernal tragédia, porque os visionários tentaram resistir e assaltar o castelo e foram completamente esmagados, deixando mais de vinte mil mortos no campo da sua heróica temeridade. Os que conseguiram escapar à rápida carnificina despejaram-se como demônios pelas ruas de Yedo, a lançar fogo em quarteirões inteiros da vastíssima capital. Mas naquele mesmo decreto do Imperador estava implicitamente imposta a anistia dos implicados nos sucessos contra Ii Kammon, e o Shogun, para não desobedecer de frente ao Soberano, teve que desencadear por suas próprias mãos os príncipes inimigos do Shogunato, Owari, Echízen, Uwajima e os outros postos em liberdade vão apresentar-se logo ao Micado e passam, por ordem deste, a exercer altos cargos na Corte Imperial, ou são restabelecidos na posição oficial que dantes ocupavam; por outro lado, o Monarca resolve punir com a supressão parcial nas rendas os daimos que s~ tinham posto ao lado de Ii Kammon.

Como se vê, já em fatos se traduzem os sonhos do divino fantasma e a situação política começa a definir-se. Os príncipes de Satzuma e de Tosa, acompanhados pelo de Nagato, o jovem e ardente Mori que até então não tinha aparecido na cena política, vão também apresentar-se ao Imperador e oferecer-lhe os seus serviços na defesa do Trono. Esses três príncipes formavam o mais poderoso núcleo de resistência entre todos os daimos do Império. Komei recebeu-os nadando em júbilo e entregou-lhes logo a guarda e segurança da sua capital, agora a regurgitar de população com o enxurro fugitivo dos litorais; gente fraca e desarmada que, no momento do perigo, ia abrigar-se estarrecida de medo à protetora sombra do filho dos deuses. Volvia esse povo, como no principio da sua formação étnica a agremiar-se em torno do centro espiritual da sua raça.

Para a sagrada Kioto voltavam-se todas as vistas, e os fidalgos não ligados diretamente ao Shogun por interesses dinásticos de família, cargo público ou solidariedade política, entraram de abandonar Yedo que era nessa época, como ainda é hoje, a maior e mais importante cidade do Japão; nos rastros da nobreza seguem também os artistas e os obreiros, e afinal os mercadores, com a tenda às costas, arribam por sua vez. É o abandono palpável da capital do homem mau. O restante da população levanta-se em massa, e da noite para o dia a incomensurável Yedo despovoa-se de todo, não ficando lá senão os Tokugawas, os hattamotos, e a Corte de Iyemochi com as suas duas câmaras, e os seus samurais e funcionários permanentes

Por essa ocasião, a 15 de abril de 1863, o Ministro plenipotenciário da Inglaterra, em termos arrogantes, reclama uma indenização de cem mil libras esterlinas pelo assassínio de Richardson, desculpas formais pedidas pelo Governo Japonês ao Governo daquela Potência, e a execução dos criminosos diante de uma força naval da Marinha Britânica que iria à terra só para esse fim; e mais vinte e cinco mil libras pelos feridos em diversas ocasiões, e mais dez mil pelas duas sentinelas mortas no ataque à legação provisória, limitando em vinte dias o prazo para uma resposta categórica e declarando que, no caso de recusa ou negligência por parte do Governo Japonês, passaria a questão às mãos do Comandante em Chefe das

forças navais de Sua Majestade Britânica nas águas do Extremo Oriente, o Almirante Kuper, para que tomasse este as medidas coercivas que lhe parecessem acertadas.

Bárbaros lhe chamavam os filhos do país, e com razão, porque bárbaro não é só o que comete barbarias, é também todo aquele que comete barbaridades.

5.º Capítulo

A ABERTURA

O leonino arreganho não produziu porém o efeito que esperava o leão, e as ovelhas acabaram por lhe fazer amargar um bem mau quarto de hora. Contavam sem dúvida os britânicos que as coisas se passariam como pouco antes na sua brutal e desumana expedição de Changai. — Q*uia nominor leo!* mas os japoneses não eram chineses, não tremeram de medo com as ameaças da Soberana dos Mares, ao contrário, mal o Micado teve notícia da atrevida reclamação, expediu ostensivamente o seguinte manifesto aos trinta e seis mais importantes dos duzentos e sessenta e dois principais daimos do Império, no qual transparece toda a singela fortaleza de sua alma:

"Meus príncipes. As gentes desses navios de guerra ingleses; que por teima estão aí fundeados em Yokohama, pedem-nos contas pela morte de alguns de seus compatriotas assassinados em nosso país, e como satisfação querem não sei quais e quantas coisas, de que nem vale a pena tratar, porque nenhuma delas sem dúvida lhes será concedida. Mas, como a formal e desprezível recusa há de dar em resultado a guerra imediata, preparai-vos para ela com ânimo seguro. De minha própria mão vos envio Eu, Micado, este aviso para que estejais prontos no primeiro momento. A campanha será aberta por mim em pessoa."

O que há de mais notável neste ato é o modo pelo qual o Imperador já se dirige diretamente aos daimos, a quem

chama "Meus Príncipes", pondo assim inteiramente de lado a autoridade shogunal. E não pára aí a inesperada ação do ex-fantasma de Kioto: calculando este que o astucioso Shogun lhe poderia destruir a obra tão bem começada, trata de isolá-lo dos ministros estrangeiros e de evitar que entre eles se tramem novas maquinações contra os seus planos; manda chamá-lo com a máxima urgência, dizendo-lhe que lhe precisa fazer em segredo de Estado importantíssimas revelações. Iyemochi cai no laço e vai a Kioto. Declara-lhe o Micado, em confidência íntima, achar-se o país em crise, e que pois a capital do Imperador e os seus arredores devem ser defendidos pelas forças permanentes do Estado confiadas ao Shogun; e que decidida como está a expulsão dos estrangeiros, haverá guerra provavelmente e daí negociações e ajustes a fazer pelo competente Poder Executivo debaixo das vistas do Chefe da Nação; o que só pode ter lugar no porto de Osaka por ser o mais próximo da Corte Imperial (trinta e poucas milhas de distância); e mais que, declarada a guerra, competirá ao Shogun assumir o comando geral das forças e entrar logo em ação.

E, depois de uma pausa, em que o silêncio foi absoluto, o Micado acrescentou, franzindo levemente as sobrancelhas:

— Será essa ocasião, meu jovem Shogun, a de melhor patenteardes a lealdade devida ao vosso Imperador e de pordes em relevo a vossa dedicação pela causa pública, usando daquela mesma energia e veemência com que repelistes à mão armada o miserável bando de maltrapilhos e famintos que vos foi importunar em Yedo!

Iyemochi fingiu não compreender e disse com um meio sorriso:

— Mas... tenho então de abandonar o governo do país? ... Parece-me que...

- Não vos dê isso cuidado, príncipe, atalhou o Imperador, far-vos-ei substituir durante a guerra por pessoa competente. Cumpra cada qual o seu dever observando as minhas ordens e o resto ficará por minha conta, que também saberei cumprir com o meu. Na ocasião solene de assumirdes o comando das armas, confiar-vos-ei, de mão

a mão, a mesma sacrossanta espada que o imortal fundador da vossa dinastia recebeu diretamente das divinas mãos do meu antepassado Goyo Zei, quando tiveram que repelir, em condições talvez piores que as de hoje, a primeira invasão ousada pelos bárbaros do Ocidente nesta nossa terra tão bem fechada dentro das "Cem Leis" por Tokugawa Ieiás, e a qual os descendentes deste pretendem agora abrir à cobiça e à sensualidade dos nossos inimigos! (Iyemochi tossiu sem levantar os olhos.) Aprontai-vos para a guerra seguro da vitória, Tokugawa Iyemochi! Hão de chegar-vos à boca o peixe e o *sakê* do triunfo! Com a espada de Goyo Zei não podereis sair senão vencedor; além de que, é minha intenção ajudar-vos pelo meu lado, suplicando ao poderoso espírito de meus avós que lá das sublimes alturas vos proteja diretamente na patriótica expedição. Confiai nisso! e ficareis satisfeito comigo, suponho eu, pois creio não ter regateado convosco as minhas graças.

Iyemochi curvou-se até poder olhar pela frente os seus próprios joelhos e respondeu:

— Satisfeitíssimo, Imperial Senhor! Longe de haverdes regateado as vossas mercês, confundistes o meu cabal imerecimento com tanta prodigalidade. Vou daqui, sem perda de um instante, dar todas as providências para que as vossas sagradas ordens sejam cumpridas à risca... Parto imediatamente para Yedo e...

— Não! contrapôs o Imperador. Convém aos interesses do Estado que vos quedeis em Kioto; dar-vos-ei parte quando for oportuno o tomardes à vossa capital. Por enquanto vos deterei amigavelmente ao meu lado e, para que nada vos falte aqui, vou mandar pôr à vosas disposição os domésticos de que houverdes mister e, além das gueichas e menestréis mais escolhidos do meu kókio (harém), uma guarda de honra na altura da vossa condição.

O Shogun baixou a cabeça sem responder palavra. Estava prisioneiro. O coração naturalmente lhe estalava de cólera, mas na sua fisionomia não transluziu dela o menor vislumbre, porque não era debalde que os chins durante muitos séculos tinham ensinado ao Japonês o segredo da inalterável compostura do gesto, a fria ciência búdica de

governar com a vontade a expressão do rosto no meio das mais fortes comoções morais, anestesiando os nervos condutores e impedindo-lhes levarem ao semblante nem a menos lúcida centelha do oculto incêndio, tapando a tempestade interior com uma indecifrável máscara de cadáver; triste e amarela ciência que é bem da Ásia, e que só poderia ter sido refinada a tal extremo por uma raça velha, impassível e hipócrita como a raça chinesa.

Foi com o mais fino e perfeito sorriso nos lábios e com a mais airosa reverência que o galante chefe dos Tokugawas se afastou do seu carcereiro, a recolher aos principescos aposentos de papel de seda que lhe haviam destinado no chiro imperial.

E aqui tem o leitor como conseguiu o Micado fechar na mão a influência do Shogun. Produziu logo o fato grande escândalo nos paços de Sua Majestade; ninguém atinava como poderia funcionar daí em diante a administração pública, pois que o Imperador não haveria de ser ao mesmo tempo poder deliberativo e poder executivo. Qual então seria agora o seu intermediário para com os daimos, se o chefe dos príncipes ficava preso em Kioto? Iria o Monarca chamar à alçada do Trono as Cortes Shogunais de Yedo? Mas isso, — que lhes valesse Amateras! — daria uma balbúrdia de todos os diabos! rosnavam entre si, perplexos e formigantes os cortesãos imperiais, que nada entendiam de administração e viam periclitar muito a sério o seu doce e defumado ócio.

Entretanto Komei, sem consultar nenhum dos seus Conselhos, nomeia o prestigioso Owari para substituir em Yedo o Shogun durante a guerra; encarrega Nabeschima, daimo com direito à sua inteira confiança, de defender militarmente a vasta bacia de Kuanto, onde se acha aquela capital, e entrega ao príncipe de Hizen, de quem já conhece a lealdade, a direção das forças marítimas que devem proteger as duas baías de Suruga e Sagami e as costas da península de Izo. E a todos os daimos, cujos principados confinem com o litoral, ordena que se recolham às competentes províncias e que se provenham para a guerra.

Quanto à indenização inglesa, nada, nem a mais ligeira referência nos seus atos oficiais; apenas, entre as instruções secretas dadas a Owari, no momento da partida deste, recomenda-lhe que, a todas as perguntas do Ministro inglês sobre o caso, vá respondendo sempre que o Shogun, em razão de interesse público e ordem direta do Imperador, se acha, por tempo indeterminado, ausente da sua capital, e que só ele pessoalmente pode dizer qualquer coisa sobre o assunto, pois foi o Shogunato quem, lá por conta própria; engendrou essa pantominice dos tratados, da qual, como contrária que é às leis do pais, não cogita o Chefe da Nação, nem está disposto a cogitar; e mais que, se os ingleses impugnassem tais razões com ofensas graves, então prendesse o Ministro e todos os mais que pudesse da mesma nacionalidade, facultando-lhe todavia os meios de comunicarem à sua esquadra que serão irrevogavelmente enforcados na praia à primeira manifestação hostil partida de bordo para a terra.

Nada disso porém chegou a acontecer. Terminado o prazo dos vinte dias, quando a Nação, já disposta para a guerra, contava que o Almirante Kuper resolvesse lançar mão das tais medidas coercivas com que o Ministro a ameaçara, eis que este, à vista da ausência do Shogun, oferece um novo prazo de igual tamanho, e depois ainda outro, que naturalmente não seria o último, se um fato decisivo ocorrido em Yokohama, onde havia então o único *settlement* existente no Império, não viesse de modo imprevisto torcer o rumo da questão.

É que, enquanto no litoral se armavam as fortalezas e no interior as eminências das montanhas, e enquanto os Tokugawas, tendo à frente os príncipes Aidzu, Ongasawa e Joren In, recorriam a todos os meios para libertar o seu chefe das mãos do Imperador, começava em Yokohama a formar-se o vácuo em volta dos estrangeiros que aí residiam, em número maior do que era de esperar da má vontade dos donos da terra. Sem causa apreciável, sem nenhuma justificativa, nem o menor comentário, organizava-se, pela calada e metodicamente, a emigração do elemento indígena, de uma à outra ponta do *settlement.*

Que significaria isso?... Que novidade haveria?... Ninguém o explicava, e, um atrás do outro, lá se iam esgueirando os empregados do comércio e os serventes domésticos naturais do país, alguns até abandonando o saldo a receber, sem nenhum deles declarar ao patrão porque deixava o serviço, nem para onde se punha. Qual seria o motivo de tão estranha greve? Os operários largavam a obra ao meio, perdendo o que estava feito; desmanchavam-se ajustes vantajosos; retiravam-se compromissos e palavras; fechavam-se casas comerciais e particulares depois de absolutamente esvaziadas; cambistas, negociantes, corretores, bufarinheiros, kurumaias, kulis, todos enfim que constituíam o elemento nacional no *settlement,* desertavam silenciosamente, sem mostras de ressentimento, nem tristeza, carregados de trouxas e com a filharada às costas. Afinal, um ou outro retardatário, preso por interesses de alta monta, liquidava às pressas, sem olhar prejuízo, as últimas transações e, já com as bagagens e a carroça ou o barco à espera, despedia-se para sempre.

E então?

Os europeus, a olharem de boca aberta uns para os outros, sem atinar nenhum com a razão daquele súbito abandono, viram-se reduzidos aos seus recursos pessoais, porque já não havia quem os servisse; muito *gentleman* teve que escovar as próprias botas, e muita *Iady* que pôr o avental de cozinheira; e começaram logo a imaginar em iminência toda a sorte de perigos, acabando, como era natural, por apoderar-se deles o pânico, que ao fim de alguns dias tomava já as proporções de intolerável angústia.

E no meio desse sobressalto terrível, dessa expectação de uma desgraça que ninguém explicava, ou cada qual explicava a seu modo para maior ansiedade e desespero de todos, no meio dessa incógnita calamidade que ia rebentar sem se saber donde, nem quando, começaram a chegar, como um sopro de morte, as primeiras notícias de que as forças japonesas já se mobilizavam ganhando os litorais; que o Imperador havia marcado o dia definitivo para a expulsa-o dos estrangeiros, e que o "Bando dos Roninos", como chamavam eles aos agitados nativistas, já em fúria

descia a estrada do Tokaido na direção de Yokohama para invadir e saquear.

Os ingleses, que eram os mais de perto ligados ao instante desastre e eram também os mais afligidos pelo terror, foram agarrar-se ao seu Ministro pedindo-lhe garantias de vida e de propriedade. Houve reunião de diplomatas, conselhos de autoridades navais, de chefes de corporação e companhias; trocaram-se notas entre as diversas legações presentes; e afinal o Ministro inglês comunica oficialmente aos seus compatriotas que "As forças reunidas nas águas japonesas sob o comando em chefe do Almirante Kuper não eram suficientes para proteger a colônia, garantir a existência e os bens dos súditos de Sua Majestade Britânica, residente no *settlement* de Yokohama, e que por conseguinte convidava os mesmos a tomarem até o dia 26 desse mês (julho de 1863) as medidas que lhes parecessem necessárias para se porem ao abrigo da guerra marcada para aquela data."

E esta?'

Foi pior que uma bomba explosiva tão inopinado *ultimatum* da Chancelaria inglesa, caindo em cheio sobre a ávida e orgulhosa colônia, cujos membros, justamente nesses dois últimos anos, tinham em grande número feito vir da Europa as competentes famílias para junto de si. E semelhante confissão de fraqueza por parte dos enviados oficiais da mais forte Potência marítima que ali se achava, punha, nem só os ingleses, mas todos os estrangeiros de Yokohama, em estreitíssimo apuro: se a Grã-Bretanha não podia proteger os seus súditos quanto mais os outros Estados!

E para onde diabo queria o Ministro inglês que fugissem os seus compatriotas? Para onde, se de um lado estavam as forças japonesas, aos milhares e assanhadas de ódio; e do outro o Oceano, sem um só navio que os abrigasse, pois os existentes eram todos indispensáveis para o combate? E como os ingleses, os mais se encheram de pavor; holandeses, russos, alemães, norte-americanos e franceses viam-se já encurralados no estreito *setilement,* com suas famílias e seus haveres, dentro de um círculo de fogo, exterminados até o último por uma guerra feroz e bárbara,

feita a ponta de azagaia e bombas incendiárias como usavam os japoneses.

A agonia foi terrível. A cada momento contavam com o ataque do bando assolador. Então, nem era de esperar menos de tão superiores raças, acudiu ao alto espírito de todos os representantes estrangeiros as idéias filantrópicas e os deveres morais da civilização. Foram lembradas, na ardente eloqüência dos momentos críticos, todas as conquistas humanitárias feitas até esse ponto do nosso século de luz pelo Internacionalismo liberal e triunfante! "Para que a guerra? — pergunta oficialmente o Coronel Neale, em nome de todos os diplomatas residentes em Yokohama, no seu longo Manifesto de 19 de julho de 1863 dirigido ao Governador de Kanagawa e daquela cidade. — Para que a guerra, se o fim da Europa no formoso Oriente é a confraternização e a paz? Em vez de lutarmos, melhor será que nos entendamos e que nos amemos. O que por si impõe antes de mais nada, como indeclinável necessidade do progresso humano, é que o nobre, o corajoso Povo Japonês, a tantos títulos obrigado moralmente a compreender as nossas boas intenções, resolva por uma vez abandonar essa idéia de má vontade e resistência contra os povos amigos, contra os seus irmãos do Ocidente, que o procuram para a consorciação universal, e nos abra os braços e nos receba como nós outros em nossos países fazemos, nem só com os japoneses, mas com todo e qualquer indivíduo proveniente seja de que nação for."

O manifesto em que vinha este tópico de requentada ternura produziu o seu efeito, graças aos Tokugawas que trabalhavam ativamente contra a guerra. Desceu logo de Yedo uma Embaixada presidida pelo transator Sakai Ukio, ministro do Shogun e amigo dos estrangeiros, com o qual chegaram os ingleses à fala e logo entraram a negociar as pazes, ficando inteiramente de parte a pendência da indenização.

Entre os nativistas porém o efeito do manifesto foi bem diverso. Um deles chegou a litografar um violento libelo que fez espalhar por Yokohama e no qual, entre muitas coisas, dizia:

"Com que então esse Colosso Europeu, esse roncador atrevido, até aqui tão arrogante nas suas indevidas reclamações, encolhe-se agora diante do perigo, porque, diz ele, receia lhe matem a mulher e os filhos?! Mas não foi o perigo que os foi buscar à casa; foram eles que vieram buscar o perigo à casa alheia! Que se agüentem! se lhes é duro o transe, mais dura é a pedra em que a sua audácia nos converteu o coração! Tremem pela mulher, os filhos; e nós? nós acaso não teremos também família, que vivia feliz e tranqüila ao nosso lado, e agora se vê, talvez para sempre, privada do seu chefe que, em vez de cuidar dela; anda à aventura das armas para defender a outra sua família maior, que é a pátria?! Que é feito das tais medidas coercivas do famoso Almirante Kuper? Pois então, apesar de todo esse espetaculoso aparato de força; apesar dessas numerosas máquinas de guerra contra as quais só temos para opor o nosso brio nacional; apesar da tão celebrada ciência e tão decantada coragem desses orgulhos donos dos mares alheios; apesar dessas dragonas de ouro e desses chapéus de pluma que fizeram rebentar de medo o Imperador da China nas profundezas empedradas de Pekin; pois, apesar de tudo isso, nós, os japoneses, esparsos e mal disciplinados, sem outra arte na guerra mais do que a luta corpo a corpo e sem outra força além da própria coragem e da convicção patriótica, por tal modo os aterramos que, à primeira notícia de um ataque eventual, declaram-se impotentes para defender o território cinicamente ocupado contra a vontade do dono, e escondem-se atrás das saias da família, a pedir pazes com fementidas palavras de ternura?! Para que então gritaram tão alto?! Por que nos ofenderam, se não tinham coração para resistir?! Não! Nós, como o nosso Imperador, não queremos a paz, nem queremos amizade com estrangeiros! Guardem eles para si a sua civilização e os seus progressos e com eles se fartem para longe de que lhos não pediu! Resistiremos até o fim! Se os degenerados Tokugawas conseguirem reter os Daimos, não conseguirão jamais reter o nosso ódio mortal e a enorme sede de vingança que nos devora; e nós, que já não temos outro chefe, além dos deuses e do Micado, havemos de tapar com terra a boca que nos insultou!"

Quando subiu ao conhecimento do Imperador a proposta de paz, fez ele logo enviar, como resposta, a todos os

representantes diplomáticos estrangeiros as seguintes singelíssimas palavras:

"Meu Povo não quer relações com estrangeiros. A cada momento a gente do país está matando ou está com vontade de matar ingleses, e a Inglaterra quer que se pague. O meu Governo fez já quanto pôde a ver se as coisas se acomodavam, nada porém conseguiu, nem conseguirá, em razão do entranhado ódio do meu Povo pelos estrangeiros; ódio que aperta de dia para dia que nem o sol do mês de agosto. Assim resolvi fechar definitivamente os portos e convidar por bem os estrangeiros a que se retirem do país para evitar novas questões."

Enquanto o Micado procedia deste modo, tão franco, tão superior e tão singelo, o Ministro inglês, de mãos dadas ao da França, obtinham ambos corresponder-se com o Shogun e, aproveitando a falsa posição política em que se achava este perante o Imperador e perante o povo, de um prisioneiro e do outro desprezado, propunham-lhe secretamente uma aliança ofensiva e defensiva, comprometendo-se a auxiliá-lo com as forças navais de que dispunham, caso ele quisesse readquirir o alto poder que lhe havia escapado das mãos.

Este fato não precisa comentários; basta dizer que é um caso histórico corrente em todas as crônicas japonesas, mas que nenhum europeu ou norte-americano o narra de modo claro e positivo nos seus livros.

Compreende-se que aos estrangeiros não conviesse de maneira alguma o aniquilamento do Shogun, principalmente depois que o Imperador declarara não cogitar dos tratados lá entre eles feitos; compreende-se ainda que, conhecendo aqueles um pouco melhor agora o mecanismo da política japonesa e reconhecendo ter pisado em falso, quisessem a todo custo salvar de modo airoso a própria situação; mas o que se não compreende é que essa gente civilizada não tivesse um pouco de consciência ou de escrúpulo em urdir o mal, que estava a tramar contra a paz e os direitos desse pobre povo, a quem pediam pazes em nome da filantropia e do amor universal. Positivamente tinham os japoneses razão em chamar-lhes bárbaros! E

note-se que, se por um lado os diplomatas estrangeiros se mostravam desumanos, por outro se revelavam inábeis, porque pretender destronar o Micado era pisar muito mais em falso ainda do que ter tomado o Shogun pelo Imperador do Japão como fizeram na primeira descaída. Seria mais fácil arrasar o Fuji Yama ou transladar para a Califórnia o Daibutsu, como diligenciaram os yankees na sua impertinente megalomania, do que pôr abaixo o divino espectro de Kioto do místico pedestal em que havia dois mil e duzentos anos imperava. Tentando semelhante coisa, o que conseguiriam os estrangeiros havia de ser, e com efeito foi, ensangüentar a presa que acossavam e agravar a desgraça dos Tokugawas, a quem aliás deviam gratidão por serem esses no país a única força ativa que os não desprezava, nem odiava. Verá depois o leitor em que espécie pagou o Inglês aos descendentes de Ieiás essa excepcional proteção, sem a qual todavia não teriam penetrado no sedutor arquipélago, senão depois de arrasá-lo com a sua civilização de grande alcance forjada na universidade de Krupp.

O Shogun, coitado! acolheu com as duas mãos a proposta que solicitamente lhe levavam os dois civilizadores ministros; mas, ao aconchegá-la reconfortado ao peito, picou-se logo num espinho que ia dentro dissimulado no embrulho, era o *ultimatum* da indenização.

— Ah! isso era sagrado! explicou o inglês; antes de mais nada, convinha satisfazer Sua Majestade Britânica a respeito daquelas belas cento e tantas mil libritas reclamadas. Sem isso não havia negócio feito!

E o que a isto se seguiu é inacreditável. O Shogun que, apesar de tudo, dispunha ainda do Tesouro público e era por si mesmo e sua família imensamente rico, entrou com o Ministro inglês no seguinte acordo. Pagava as cento e cinqüenta e cinco mil libras esterlinas, mais que fossem, porque a questão não era de dinheiro; pagava, com uma condição porém — o Ministro inglês havia de comprometer-se, sob palavra de honra, a guardar segredo, de modo que o fato não transpirasse dentro do Japão e que jamais, em nenhuma hipótese, fosse sabido pelo Micado, nem pelo povo.

O Inglês aceitou. Pudera! E a indenização foi efetivamente paga em segredo, às quatro horas da madrugada do dia 24 de agosto de 1863. O dinheiro foi levado à Legação da Inglaterra em carretas de mão e dentro de cunhetas abarrotadas de muito boa moeda de prata e ouro.

Vergonhas de parte a parte. Ah! mas o Japão heróico e brioso não tinha morrido com a família Tokugawa. Enquanto essas baixezas se mercadejavam no balcão da Chancelaria londrina com um indigno descendente de Ieiás, o destemido Mori, o príncipe de Nagato, em cujas veias corria o mesmo sangue de Mito, ao saber do ocorrido,. corre às fortalezas do litoral, denuncia o revoltante caso e toca com os seus três frágeis navios para as águas de Chimonoseki na entrada do Mar Interior, onde se ostentavam vasos de guerra de todos os Estados ocidentais com pretensões no Japão, e aí, cercado de seus samurais intransigentes e protegido pelas baterias de terra, lavrou o protesto da honra nacional, cuspindo balas sobre aqueles, do primeiro ao último, ao mesmo tempo, sem medir forças, nem escolher bandeiras. Bombardeou o navio inglês *Euryalus,* os franceses *Kien-Chan, Tancrêde,* os norte-americanos *Pembroke* e *Wyoming,* o alemão *Semiramis,* e o holandês *Medusa,* que ficou incendiado, a arder no meio daquelas águas profanadas, com a triunfante pira do patriotismo, ali acesa por um raio vingador para iluminar a eterna desafronta.

Agora, que vencessem os estrangeiros! só venceriam já esbofeteados!

****

SOBRE O AUTOR E SUA OBRA

Aluísio Azevedo (A. Tancredo Gonçalves de A.), caricaturista, jornalista, romancista e diplomata, nasceu em São Luís, MA, em 14 de abril de 1857, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 21 de janeiro de 1913. É o fundador da Cadeira n. 4 da Academia Brasileira de Letras.

Era filho do vice-cônsul português David Gonçalves de Azevedo e de d. Emília Amália Pinto de Magalhães e irmão mais moço do comediógrafo Artur Azevedo. Sua mãe havia casado, aos 17 anos, com um rico e ríspido comerciante português. O temperamento brutal do marido determinou o fim do casamento. Emília refugiou-se em casa de amigos, até conhecer o vice-cônsul de Portugal, o jovem viúvo David. Os dois passaram a viver juntos, sem contraírem segundas núpcias, o que à época foi considerado um escândalo na sociedade maranhense.

Da infância à adolescência, Aluísio estudou em São Luís e trabalhou como caixeiro e guarda-livros. Desde cedo revelou grande interesse pelo desenho e pela pintura, o que certamente o auxiliou na aquisição da técnica que empregará mais tarde ao caracterizar os personagens de seus romances. Em 1876, embarcou para o Rio de Janeiro, onde já se encontrava o irmão mais velho, Artur. Matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes, hoje Escola Nacional de Belas Artes. Para manter-se, fazia caricaturas para os jornais da época, como O Figaro, O Mequetrefe, Zig-Zag e A Semana Ilustrada. A partir desses "bonecos" que conservava sobre a mesa de trabalho, escrevia cenas de romances.

A morte do pai, em 1878, obrigou-o a voltar a São Luís, para tomar conta da família. Ali começou a carreira de escritor, com a publicação, em 1879, do romance Uma

lágrima de mulher, típico dramalhão romântico. Ajuda a lançar e colabora com o jornal anticlerical O Pensador, que defendia a abolição da escravatura, enquanto os padres mostravam-se contrários a ela. Em 1881, Aluísio lança O mulato, romance que causou escândalo entre a sociedade maranhense, não só pela crua linguagem naturalista, mas sobretudo pelo assunto de que tratava: o preconceito racial. O romance teve grande sucesso, foi bem recebido na Corte como exemplo de Naturalismo, e Aluísio pôde fazer o caminho de volta para o Rio de Janeiro, embarcando em 7 de setembro de 1881, decidido a ganhar a vida como escritor.

Quase todos os jornais da época tinham folhetins, e foi num deles que Aluísio passou a publicar seus romances. A princípio, eram obras menores, escritas apenas para garantir a sobrevivência. Depois, surgiu nova preocupação no universo de Aluísio: a observação e análise dos agrupamentos humanos, a degradação das casas de pensão e sua exploração pelo imigrante, principalmente o português. Dessa preocupação resultariam duas de suas melhores obras: Casa de pensão (1884) e O cortiço (1890). De 1882 a 1895 escreveu sem interrupção romances, contos e crônicas, além de peças de teatro em colaboração com Artur de Azevedo e Emílio Rouède.

Em 1895 encerrou a carreira de romancista e ingressou na diplomacia. O primeiro posto foi em Vigo, na Espanha. Depois serviu no Japão, na Argentina, na Inglaterra e na Itália. Passara a viver em companhia de D. Pastora Luquez, de nacionalidade argentina, junto com os dois filhos, Pastor e Zulema, que Aluísio adotou. Em 1910, foi nomeado cônsul de 1a classe, sendo removido para Assunção. Depois foi para Buenos Aires, seu último posto. Ali faleceu, aos 56 anos. Foi enterrado naquela cidade. Seis anos depois, por uma iniciativa de Coelho Neto, a urna funerária de Aluísio Azevedo chegou a São Luís, onde o escritor foi sepultado definitivamente.

Obras: Uma lágrima de mulher, romance de estréia (1880); O mulato, romance (1881); Mistério da Tijuca, romance (1882; reeditado: Girândola de amores); Memórias de um condenado (1882; reeditado: A condessa Vésper); Casa de pensão, romance (1884); Filomena

Borges, romance (publicado em folhetins na Gazeta de Notícias, 1884); O homem, romance (1887); O coruja, romance (1890); O cortiço, romance (1890); Demônios, contos (1895); A mortalha de Alzira, romance (1894); Livro de uma sogra, romance (1895).